

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

MARIANA GÖELZER DE SOUZA

**JORNALISMO DE SOLUÇÕES:
UM CAMINHO POSSÍVEL**

PORTO ALEGRE
DEZEMBRO DE 2017

MARIANA GOELZER DE SOUZA

**JORNALISMO DE SOLUÇÕES:
UM CAMINHO POSSÍVEL**

Trabalho de Conclusão submetido à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito à obtenção do grau de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^ª. Dr.^a Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

Co-orientadora: Ma Vivian Augustin Eichler

PORTO ALEGRE

2017

MARIANA GOELZER DE SOUZA
JORNALISMO DE SOLUÇÕES: UM CAMINHO POSSÍVEL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Jornalismo da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito à obtenção do grau de
bacharel em Jornalismo para a seguinte
banca:

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca - UFRGS

Orientadora

Prof. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi - UFRGS

Examinador

Prof. Dr. Marcelo Ruschel Träsel – UFRGS

Examinador

“é a preocupação com o afã de viver, mas não com o bom viver; sendo este apetite ilimitado, também desejam meios sem limite para o satisfazer. Os que assim visam a vida feliz, procuram o que dá prazer ao corpo; e como os prazeres corporais parecem depender dos bens possuídos, centram toda a atividade em adquirir bens. [...] Alguns, transformam isto tudo [a função de um general, ou de um médico] numa questão de dinheiro, como se o dinheiro fosse o fim de tudo e tudo tivesse que se orientar para tal fim”.

Aristóteles

RESUMO

Este trabalho enquadrado teoricamente, dentro do movimento cívico, o jornalismo de soluções, prática surgida nos Estados Unidos como resposta à crise jornalística, e verificou as potencialidades dessa abordagem para enfrentar os problemas do setor, a fim de contribuir para o debate sobre o presente e o futuro da atividade. A partir de uma revisão teórica, identificaram-se as causas da crise jornalística e se analisou em que medida as características apresentadas pelo jornalismo de soluções conseguem dirimi-las. Constatou-se que a cobertura do jornalismo de soluções é capaz de cumprir as funções historicamente atribuídas ao jornalismo e aponta um caminho possível para retomar o engajamento do público.

Palavras-chave: jornalismo de soluções; crise do jornalismo; jornalismo cívico

ABSTRACT

This research theoretically frames the journalism of solutions within the civic movement, a practice that emerged in the United States as a response to the journalistic crisis. At the same time, this course conclusion monograph examines the potential of journalism studies approach to address the problems of the sector in order to contribute to the debate on the present and to the future of the activity. From a bibliographic review, we identify causes of the journalistic crisis and analyze the extent to which the characteristics presented by solutions journalism can solve them. It can be seen that the coverage of journalism solutions is capable of fulfilling the functions historically attributed to journalism and pointing out a possible path to public engage.

Keywords: journalism solutions; crisis of journalism; civic movement

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O FUTURO ESTÁ NO PASSADO	13
1.1 As bases do Modelo Jornalístico Tradicional	13
1.1.1 Função Social e a Concepção Democrática	14
1.1.2 A emergência de um novo cenário: as cidades e a expansão econômica	17
1.2 A atividade jornalística vira empresa	18
1.2.1 O modelo de financiamento: a dicotomia entre a função social e o lucro	19
1.2.1.1 Foco nos fatos e o império do tempo	21
1.2.2 A consolidação de um modelo jornalístico	23
1.3 A era progressista: uma contraposição ao modelo tradicional	24
1.3.1 John Dewey	25
1.3.2 Edward Ross	26
1.3.3 Robert Park	28

1.3.4	O jornalismo <i>muckraking</i>	30
1.3.5	A Teoria da Responsabilidade Social	33
1.4	O império da empresa voltada ao lucro: a preponderância do aspecto econômico	37
1.4.1	Crise do modelo tradicional: um problema além da rentabilidade	38
1.4.1.1	Explicando a crise	39
2	JORNALISMO DE SOLUÇÕES: TENTATIVA DE UM ENQUADRAMENTO TEÓRICO	45
2.1	O comunitarismo	45
2.2	O jornalismo cívico	47
2.3	Jornalismo de Soluções: do que estamos falando?	51
2.4	Jornalismo Cívico e Jornalismo de Soluções	57
2.5	Jornalismo de Soluções <i>versus</i> Jornalismo Construtivo	57
3	O JORNALISMO DE SOLUÇÕES COMO UM CAMINHO POSSÍVEL	61
3.1	<i>Solutions Journalism Network</i>	61

3.1.1	<i>The Seattle Times</i> e o projeto “ <i>Education Lab</i> ”	64
3.1.2	<i>Chattanooga Times Free Press</i> e o projeto “ <i>The poverty Puzzle</i> ”	67
3.3	O jornalismo de soluções: por que este é um caminho possível?	69
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
	REFERÊNCIAS	78

INTRODUÇÃO

O modelo jornalístico predominante está em crise. A emergência da internet resultou na falência do modelo de financiamento das empresas jornalísticas que assistiram à redução do seu orçamento com a migração dos anúncios para a *web*. No entanto, as dificuldades dessas empresas antecedem a esse fenômeno migratório. Desde os anos 1980, pesquisas apontam a queda na credibilidade do jornalismo, atestada pela perda crescente de assinantes. A diminuição dos subsídios publicitários significou o estopim desse processo e incentivou o surgimento de iniciativas alternativas buscando reconstruir a confiança dos leitores e resgatar o jornalismo de seu paradeiro incerto. Este trabalho se propõe a juntar esforços à constituição de novos horizontes para o jornalismo ao buscar identificar, a partir de uma revisão bibliográfica, se e como o jornalismo de soluções pode responder a determinadas causas responsáveis pela crise do modelo jornalístico tradicional.

Jornalismo de soluções é um termo que ainda carece de formulação conceitual e teórica consolidada. De acordo com o *Solutions Journalism Network*¹, organização não governamental fundada em 2012, com o objetivo de disseminar e legitimar esse tipo de cobertura, o jornalismo de soluções é uma categoria de “reportagens rigorosas e interessantes sobre respostas a problemas sociais”. Essa categoria foi criada para responder ao afastamento dos leitores do jornalismo ao identificar no viés negativista da cultura jornalística, centrado na cobertura de problemas, uma das causas para a crise. Essa visão pessimista não produz apenas uma representação distorcida da realidade, com também gera um sentimento de descrença generalizada e apatia política cuja consequência é o desligamento do público do jornalismo e da democracia. Um jornalismo focado nas soluções, neste sentido, fornece uma visão mais precisa da realidade – “a história completa”, a frase mote dessa abordagem – e informações que habilitam o cidadão a atuar na solução de problemas sociais. Ao mostrar que o cidadão pode mudar sua realidade, desperta uma sensação de poder e retoma o engajamento do público. Conforme o *Solutions Journalism Network*, essa nova categoria jornalística permitirá que a sociedade se adapte aos desafios que o século 21 enseja².

¹ Informação constante no site da organização: <https://www.solutionsjournalism.org/who-we-are/mission>

² Consta no plano trienal do *Solutions Journalism Network*:
https://s3.amazonaws.com/sjn-static/SJN_3_year_plan.pdf

O estudo do jornalismo de soluções como um caminho possível para responder às dificuldades do setor jornalístico está fundamentado na percepção de que a crise, além de estar relacionada às transformações no modelo de distribuição e financiamento, também decorre de um problema de qualidade devido ao não cumprimento das funções sociais do jornalismo e de uma inadequação em face de um novo contexto social. Por isso, a constituição de uma alternativa viável deve ser compreendida igualmente no âmbito da revisão dos fundamentos e das práticas do jornalismo.

As funções sociais, que hoje orientam a produção e a prática jornalísticas, datam do século 18 e estão assentadas na ideologia liberal que conduziu a queda das monarquias autocráticas e a instauração da democracia. Esse novo tipo de sistema exigia a circulação da informação entre os cidadãos tanto para garantir o exercício das liberdades individuais quanto para assegurar uma restrição da atuação dos governantes. Neste contexto, de acordo com Traquina (2005), três funções foram atribuídas ao jornalismo: 1) fornecer aos cidadãos as informações necessárias para o desempenho das suas responsabilidades cívicas e para que possam exercer plenamente a sua liberdade; 2) atuar como elo entre a opinião pública e as instituições governantes, ao ser porta-voz da opinião pública, dando expressão às diferentes vozes no interior da sociedade que deveriam ser tidas em conta pelos governos e; 3) atuar como vigilantes do poder político para proteger os cidadãos contra os abusos (históricos) dos governantes, a famosa função de quarto poder. Deste modo, o jornalismo deixou de ser um mero ofício e passou a ser percebido como um mecanismo do sistema democrático (NEVEU, 2005).

Quando os jornais foram convertidos em empresas voltadas para o lucro, no século 19, houve um tensionamento entre o caráter comercial e as funções sociais do jornalismo, em que o cumprimento destas, entendido aqui como sinônimo de qualidade, foi progressivamente preterido em favor de maiores margens de lucro. Neste sentido, o jornalismo predominante, moldado historicamente pelo objetivo de aumentar a rentabilidade das empresas, se mostrou insuficiente para satisfazer os indivíduos – vide a diminuição de arrecadação crescente impulsionada por um aumento da concorrência e o deslocamento dos consumidores para esses novos conteúdos. Por um lado, as notícias fragmentadas e a ausência de uma análise contextual complexa que conferisse aos acontecimentos um fio lógico fizeram com que a informação perdesse sentido para um leitor incapaz de fazer essas associações por si só (MARCONDES, 1989). Por outro, um viés pessimista na cultura jornalística, focado apenas na veiculação dos problemas,

aliado a uma produção noticiosa orientada por uma ideologia liberal, que promove uma desagregação da comunidade, resultaram em descrença e desinteresse políticos e em uma sensação de impotência do indivíduo face aos problemas sociais, que o conduziram para a sua vida privada (TAVARES, 2014). Ainda, jornalistas sobrecarregados e com restrições econômicas, desintegraram-se das comunidades e passaram a depender de fontes oficiais, deixando de representar a voz do público (NEVEU, 2005).

O jornalismo de soluções responde a essas dificuldades com o resgate do cidadão como ponto de referência na produção noticiosa e a busca por restabelecer essa relação de proximidade entre os jornalistas e as comunidades em que atuam. Por meio de uma cobertura em profundidade dos problemas sociais e das soluções encontradas, objetiva munir os cidadãos com conhecimentos para promover um debate público instruído e para habilitar os indivíduos a encontrarem soluções para os problemas de suas comunidades. Com isso, incentiva uma participação política e reaviva o sentido do jornalismo, que passa a auxiliar no exercício das liberdades democráticas e dos deveres cívicos.

Este trabalho tem por objetivo identificar se o jornalismo de soluções consegue responder a determinadas causas da crise jornalística e, assim, constituir um tipo de jornalismo possível para retomar a importância e o valor da atividade. Para averiguar essa hipótese, no primeiro capítulo faremos uma retrospectiva histórica, a fim de detectar as causas da crise jornalística. No segundo capítulo, nosso foco recai sobre as principais características do jornalismo de soluções e a tentativa de enquadrá-lo como uma vertente do jornalismo cívico e dentro de uma perspectiva teórica. No terceiro capítulo, apresentamos o *Solutions Journalism Network* e expomos dois exemplos de projetos de reportagens de jornalismo de soluções. Ao final, responderemos se o jornalismo de soluções de fato pode se constituir em um caminho possível para o setor.

CAPÍTULO 1 – O FUTURO ESTÁ NO PASSADO

O presente capítulo tem um objetivo claro no escopo deste trabalho: identificar as causas da crise do modelo jornalístico tradicional que transcendam a explicação de uma perspectiva financeira - adotada pelos conglomerados de comunicação - a fim de embasar solidamente a hipótese de que o formato proposto pelo jornalismo de soluções constitui uma alternativa adequada para responder a determinados aspectos dessa crise.

Por meio de uma retrospectiva histórica, exporemos como a constituição de empresas jornalísticas com viés comercial consolidou um modelo de jornalismo cujas características decorrem de uma priorização da obtenção de lucros em detrimento do devido cumprimento das funções sociais que legitimam a atividade e como o foco na rentabilidade do negócio à custa da diminuição da qualidade do jornalismo resultou na crise desse modelo. Ainda, como a adoção de uma ideologia liberal como orientação na produção noticiosa contribuiu para agravar essa crise, ao incentivar uma apatia política e o estabelecimento de um novo contexto social em que o consumo desse modelo jornalístico é desestimulado. Simultaneamente, contrapomos o processo de formação desse modelo às críticas de teóricos dos séculos 19 e 20, que preconizavam a necessidade de reorientação da atividade jornalística a partir de uma ideologia comunitarista, a fim de resgatar as raízes do arcabouço teórico sob o qual se ergue o jornalismo de soluções no início do século 21.

Por razões práticas, nosso foco está centrado no jornalismo desenvolvido nos Estados Unidos, uma vez que o modelo adotado nesse país influenciou predominantemente a prática exercida nas demais nações (NEVEU, 2005). Este fato e a existência de uma cultura jornalística transnacional (TRAQUINA, 2008), aliada ao fenômeno da globalização, nos permite transpor, com a observação de devidas ressalvas, as inferências feitas a outras localidades.

1.1 As bases do Modelo Jornalístico Tradicional

O aparecimento da imprensa foi condicionado por acontecimentos históricos (PENA, 2007), notadamente, a organização de uma nova estrutura econômica e social, marcada pela ascensão da burguesia e a consolidação de seus valores capitalistas de acúmulo de bens e competição (MEDINA, 1978). A construção de um cenário propício ao desenvolvimento do modelo jornalístico tradicional, em que o exercício do

jornalismo se tornou o centro de uma empresa voltada ao lucro, remete-nos aos séculos 17 e 18.

1.1.1 Função Social e a Concepção Democrática

Nos séculos 17 e 18, a proeminência do comércio e a industrialização crescente demandavam uma modernização estatal, necessária ao progresso de ambas as atividades, ancorada em um ideal libertário cuja realização dependia da restrição dos poderes monárquicos e governamentais. As revoluções liberais, que caracterizam o período, representam o ápice desta luta para impor limites ao poder do Estado e ao mesmo tempo garantir aos cidadãos uma série de direitos, dentre os quais se destaca a liberdade.

A decadência das monarquias absolutistas e a instauração de um novo sistema – a democracia – significou a vitória das ideias burguesas de caráter liberal. A estruturação do novo Estado é fundamentada no liberalismo político: os súditos são convertidos em cidadãos e a cidadania aos indivíduos é garantida por direitos que provêm igualdade de inserção na estrutura social (HABERMAS, 1998, p. 144 apud PAIVA, 2012, p. 67-68). Ao Estado, além de assegurar a cidadania por meio de uma condição legal igualitária, cabe garantir a realização das liberdades individuais, a denominada liberdade negativa, em que o papel do Estado é não permitir a restrição da atuação do indivíduo na persecução de seus objetivos, ou seja, o dever do Estado é asseverar à supremacia da autonomia individual sobre a autonomia pública. Deste modo, “a soberania popular não pode violar direitos fundamentais” e, conseqüentemente, “o debate público é limitado pelas liberdades individuais” (TAVARES, 2014, p. 33). Para a teoria liberal, importa a existência de um Estado neutro, limitado, que não constranja o indivíduo e que preserve sua individualidade em face da comunidade. Nessa perspectiva, os cidadãos são observadores da vida pública e a sua participação política é basicamente resumida ao voto (MCQUAIL, 2013).

A exequibilidade da democracia exige a circulação da informação, tanto para que os indivíduos possam exercer sua cidadania quanto para manter o poder do Estado limitado e cercear a atuação dos poderes instituídos – de que os cidadãos desconfiavam haja vista as arbitrariedades, crimes e abusos largamente cometidos.

[...] a Revolução Francesa símbolo da queda de regimes monárquicos e do poder aristocrático, foi também, ao mesmo tempo, a conquista do direito à

informação. Além de decapitar nobres, tratava-se agora de abrir os diques de seus segredos. Assim, todo o saber acumulado e reservado aos sábios passa agora a circular de forma mais ou menos livre. E são os jornalistas que irão abastecer esse mercado; sua atividade será a de procurar, explorar, escavar, vasculhar, virar tudo de pernas para o ar, até mesmo profanar, no interesse da notícia. Surge daí uma prática eminentemente sua, o *mito da transparência*, filho direto da ideologia das Luzes (MARCONDES, 2000, p. 10-11, grifo nosso).

O mito da transparência, aliado ao direito à informação, tinha por propósito a vigilância do Estado e seus representantes e consolidou uma “prática que se tornou obstinada em vasculhar todos os espaços privados na busca de uma difusão pública, num pretense interesse da própria sociedade” (MARCONDES, 2000, p. 21).

A livre circulação da informação e a própria natureza da democracia abriram espaço para discussões entre as pessoas, o emergente conceito de esfera pública, infraestrutura para a construção de opiniões políticas (MARCONDES, 2000). Os debates entre os indivíduos, orientados pela circulação da informação, gerariam a opinião pública, fundamental força de mobilização social na condução dos processos políticos. O direito à informação era responsável, portanto, por permitir ao indivíduo conhecimentos suficientes para tomar decisões, elaborar opiniões qualificadas e participar da vida cívica (AZEVEDO, 2010, p. 33). Conforme destacou Marcondes Filho (2000), coube ao jornalismo a função de suprir essa demanda por informação essencial ao pleno funcionamento das repúblicas democráticas. Deste modo, o jornalismo favoreceria a participação cívica ao inserir os indivíduos no debate público, ao oferecer informação criteriosa, periódica e atualizada, “reunindo as condições necessárias ao desenvolvimento da crítica, do debate e da defesa dos valores humanos” (AZEVEDO, 2010, p. 33).

De acordo com Traquina (2005), devido ao seu histórico de luta em prol da liberdade e de resistência à censura governamental, o jornalismo foi identificado como ente indispensável à realização democrática. A partir da perspectiva da ideologia liberal, três funções são majoritariamente apontadas enquanto um papel a ser desempenhado pela atividade jornalística na democracia: 1) fornecer aos cidadãos as informações necessárias para o desempenho das suas responsabilidades cívicas e para que possam exercer plenamente a sua liberdade; 2) atuar como elo entre a opinião pública e as instituições governantes, ao ser porta-voz da opinião pública, dando expressão às diferentes vozes no interior da sociedade que devem ser consideradas pelos governos e; 3) atuar como vigilante do poder político para proteger os cidadãos contra os abusos

(históricos) dos governantes, a famosa função de quarto poder. Deste modo, o jornalismo deixou de ser um mero ofício e passou a ser percebido como um mecanismo do sistema democrático (NEVEU, 2005).

A delegação de certas responsabilidades ao jornalismo dentro da dinâmica da sociedade não é uma novidade teórica articulada por pensadores liberais. Em 1690, por exemplo, Tobias Peucer defendeu uma tese na Universidade de Leipzig na Alemanha, sobre a finalidade dos periódicos com a conclusão de que o jornalismo tem por principal finalidade informar. De acordo com Franciscato (2005), Daniel Woolf, nos séculos 17 e 18, concluiu que as notícias cumprem um papel na construção de sentido de tempo presente cuja finalidade não está apenas em motivar o debate público, “mas também em inculcar uma ação pública resultante desse debate, solicitando resoluções para as histórias contadas pelas notícias” (WOOLF, 2001 apud FRANCISCATO, 2005 apud REGINATO, p. 23)³.

Apesar desses antecedentes históricos, o jornalismo se apropria dos conceitos de democracia e de liberdade da ideologia liberal, bem como das funções sociais que esta atribui à atividade, a fim de legitimar sua atuação e a ocupação de um espaço social de relevância.

[...] a relação entre democracia e jornalismo é fundamentalmente um relação simbiótica em que a liberdade se encontra como estrela brilhante de toda uma constelação teórica que fornece ao novo jornalismo emergente uma legitimidade para a atividade em expansão e uma identidade para seus profissionais (TRAQUINA, 2005, p. 42).

Assim, no exercício de atividades e práticas profissionais, e no desempenho de suas funções sociais, os jornalistas incorporaram os fundamentos dos referenciais libertários dessa sociedade moderna: “a razão (a ‘verdade’, a transparência) impondo-se diante da tradição obscurantista, o questionamento de todas as autoridades, a crítica política e a confiança irrestrita no progresso, no aperfeiçoamento contínuo da espécie” (MARCONDES, 2000, p. 9). Adotaram, igualmente, enquanto orientação na produção noticiosa e no cumprimento de sua função social, uma concepção individualista própria dessa ideologia liberal burguesa, cuja consequência imediata é a compreensão do público enquanto somatório das individualidades e não como um ente coletivo. Neste

³ WOOLF, Daniel. News, History and the construction of the present in early modern England. In: DOOLEY, Brendan; BARON, Sabrina (org.). The Politics of Information in Early Modern Europe. London and New York: Routledge, 2001.

sentido, os conceitos liberais de democracia e de liberdade que subjazem à atividade conduziram a uma satisfação do interesse público que não corresponde a atender às necessidades da comunidade pensada como um todo, mas direcionava-se ao indivíduo em sua singularidade (MCQUAIL, 2013).

Apesar de ensejar um ambiente social mais favorável ao indivíduo, não se deve esquecer que a ideologia liberal é resultado do desejo de uma transferência do poder econômico das classes aristocráticas para as classes burguesas, que percebiam no intervencionismo estatal um empecilho à persecução de seus objetivos financeiros. Portanto, as noções de liberdade e de democracia são construídas de forma a permitir a mobilidade do capital econômico. A liberdade existe, assim, para atender aos anseios capitalistas que não poderiam florescer em um regime autocrático. E, do mesmo modo como foi orientado pelos conceitos de liberdade e de democracia liberais, o jornalismo também foi fortemente moldado pelas ideais econômicas dos liberais, em outras palavras, pela ideia de perseguir o lucro.

1.1.2 A emergência de um novo cenário: as cidades e a expansão econômica

O cenário engendrado pelo comércio e pela industrialização não estimulou o desenvolvimento do jornalismo apenas por estabelecer um regime legal cujo viés libertário incentivava à atividade ao torná-la essencial: os centros urbanos em formação também colaboraram para a existência de um público leitor. A crescente necessidade de mão de obra fabril, decorrente da industrialização, impeliu a migração social do campo para a cidade e uma aglomeração massiva nesses locais. Essa população, anteriormente restrita à vivência em um espaço geográfico que poderia cobrir a pé (HOBSBAWM, 1961; MEDINA, 1978), depara-se com um novo universo muito mais complexo na cidade, em que a busca por segurança incitava o consumo dos jornais (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004). Assim,

para o homem que se afasta do núcleo primitivo de uma sociedade tradicional e transita no espaço extenso e complexo do núcleo urbano entrelaçado com muitos outros núcleos urbanos, os problemas de informação se avolumam (MEDINA, 1978, p. 15).

Além disso, a industrialização propulsiona o desenvolvimento de novas tecnologias, imprescindíveis para a posterior adoção de um caráter comercial pelos jornais. De acordo com MEDINA(1978),

[...] logo se percebe também que os próprios avanços tecnológicos fazem parte das necessidades de industrialização, o que reforça a informação, no caso, jornalística, como decorrência normal do sistema econômico que está na base (MEDINA, 1978, p. 20).

Enquanto o emprego nas fábricas e no comércio concedeu, mesmo que de forma incipiente, um poder de compra crescente aos indivíduos, que tornava possível a estes adquirir os jornais, o processo de escolarização massiva os habilitava a ler (PENA, 2007). Evidente que esse poder de compra crescente e a expansão econômica contribuíram para viabilizar a constituição de uma empresa jornalística rentável.

Portanto, a concorrência de todos esses fatores em simultaneidade possibilitou o surgimento de um novo paradigma jornalístico: a conversão da informação em um produto – a notícia – e o exercício jornalístico como atividade central de uma empresa voltada para o lucro (TRAQUINA 2005).

1.1 A atividade jornalística vira empresa

A constituição de empresas jornalísticas com caráter comercial só surge de forma preponderante no século 19. Traquina esclarece que “embora houvesse pessoas que, por exemplo, fizessem negócio com a venda de jornais durante a revolução francesa do século 18, os jornais eram sobretudo armas na luta política estreitamente identificados com causas políticas” (2005, p. 34). Esse “primeiro jornalismo” – de acordo com nomenclatura proposta por Marcondes Filho (2000) –, que predomina de 1789 até 1830, é exercido por políticos, críticos e cientistas e se caracteriza pelos seus fins ideológicos em detrimento dos fins econômicos que, considerados secundários, conduzem a uma economia deficitária. No início do século 19, no entanto, principalmente a partir de 1830, os diretores de jornais perceberam que a importância do jornalismo no novo contexto social possibilitava transformar a atividade em “um negócio que pode render lucros” (TRAQUINA, 2005, p. 34). O uso do jornalismo para realizar a formação política é abandonado, a informação ganha uma nova roupagem como notícia e o jornal se torna um produto. A partir desse momento, a empresa jornalística volta seus esforços para a expansão de sua circulação, a fim de aumentar sua rentabilidade (PENA, 2007).

O desejo de impulsionar a venda dos jornais levou os donos das empresas jornalísticas a adquirirem novos maquinários de impressão desenvolvidos nesse período – prensa rápida e, posteriormente, a rotativa –, que reduziram sensivelmente o tempo entre a ocorrência de um fato e sua divulgação em grande território, bem como

possibilitaram uma produção de jornais em larga escala. A introdução de inovações tecnológicas nos processos de produção do jornal é um ponto de partida marcante para o desenvolvimento de uma empresa capitalista (JAENICK, 1972 apud MARCONDES, 2000) e para transformação do jornal em “uma máquina de produção de notícias e de lucros” (MARCONDES, 2000, p. 13).

Todos esses inventos viabilizaram a ampliação da capacidade produtiva das empresas jornalísticas e a expansão da circulação do jornal. Entretanto,

[...] o que o jornal não transmitiu a seus leitores foi o fato de que uma máquina [prensa] tão impressionante não poderia ser utilizada sem um gasto financeiro considerável, e que os custos mal poderiam ser cobertos com o produto da venda (JAENICK, 1972, p. 172 apud MARCONDES, 2000, p. 22).

Para assegurar a sustentabilidade financeira do negócio, uma solução foi encontrada: disponibilizar e veicular espaços publicitários junto às notícias no jornal. Surgia o modelo de duplo financiamento.

1.2.1 O modelo de financiamento: a dicotomia entre a função social e o lucro

O financiamento das empresas jornalísticas baseado na compra dos jornais por leitores e na venda de espaços publicitários só foi possível devido à expansão econômica experimentada no período, que incentivou as recém-formadas lojas de departamento a investir em publicidade como meio para atingir os consumidores (TRAQUINA, 2005). Max Weber, sociólogo alemão, sintetizou a situação atípica desse financiamento ao afirmar em um Congresso de Sociologia em Frankfurt, em 1910 que

[...] a imprensa é necessariamente uma empresa capitalista e privada e que, ao mesmo tempo, ocupa uma posição totalmente peculiar, já que, ao contrário de qualquer outra empresa, tem dois tipos completamente diferentes de “clientes”: os primeiros são os compradores do jornal [...]; os outros são os anunciantes e entre esse leque de clientes se produzem relações curiosas (WEBER, 2006, p. 37).

Por “relações curiosas”, podemos entender a venda da capacidade de publicidade do jornal e a venda da atenção do público leitor, bem como da influência que o jornalismo exerce sobre este, para os anunciantes (MARCONDES, 1989). A consequência primordial deste tipo de financiamento é conhecida: os jornais se tornam dependentes da ampliação do seu público e são obrigados a cativar a audiência como condição para atrair o investimento dos anúncios publicitários, fonte majoritária do

orçamento das empresas. A dinâmica dessa relação é exposta na declaração de Roy Harvard, um magnata da imprensa norte-americana desse período:

Vimos para Detroit simplesmente como vendedores de notícias. Estamos aqui para vender publicidade e fazê-lo a um preço que seja comercialmente interessante para quem investe. Mas precisamos, desde logo, produzir um jornal com informação atractiva que facilite a sua distribuição e torna a publicidade mais eficaz [Solomon e McChesney, 1993] (NEVEU, 2005, p. 17).

Assim, surge a *penny press* (ou a “imprensa marrom”) que, a fim de ampliar seu público leitor, desenvolveu o uso de uma linguagem simples, com relatos breves, utilitários e sensacionalistas (NEVEU, 2005). Nem todos os jornais estavam preocupados exclusivamente com o lucro. De acordo com Marcondes (1989), para Pulitzer,

[...][o sensacionalismo] as histórias de sensação e de interesse humano eram necessárias para se conseguir uma grande circulação que, uma vez alcançada, criaria uma sadia opinião induzindo os leitores para as colunas editoriais e para o noticiário sobre os negócios públicos (EMERY, 1965, p. 410 apud MARCONDES, 1989, p. 32).

Entretanto, o poder de interferência dos anunciantes dada a sua imprescindibilidade para a sustentabilidade do negócio criou uma tensão entre a função social do jornalismo e seu carácter comercial, em que o lucro passou a ser privilegiado em detrimento da responsabilidade pública da atividade. O enfraquecimento do cumprimento da função social foi ainda acentuado pela necessidade de uma produção massiva, que exigiu modificações significativas no formato que a informação, agora transformada em produto notícia, apresentava.

[...] o jornalismo deixou de tão livre, descomprometido, espaço aberto a toda e qualquer manifestação dos agentes sociais, tornando-se produto “trabalhado”, voltado ao mercado, dependente dos gostos e do interesse de uma ampla massa de consumidores. A audácia e a criatividade jornalística perdem terreno em relação ao conformismo e à repetitividade mercadológica (MARCONDES, 2000, p. 32-33).

A lógica da maximização da audiência também conduziu a uma diversificação dos temas abordados no jornal (TRAQUINA, 2005) e uma multiplicação de rubricas de teor prático que auxiliavam o indivíduo em atividades corriqueiras do dia a dia, mas pouco os capacitava para participar da vida política. Datam da segunda metade do século 19, a introdução da reportagem e a prática da entrevista (NEVEU, 2005). Como ressalta Marcondes (2000):

[...] como mercadoria, [a notícia] vai recebendo cada vez mais investimento para melhorar sua aparência e sua vendabilidade: criam-se as manchetes, os destaques, as reportagens, trabalha-se e investe-se muito mais na capa, no logotipo, nas chamadas de primeira página (MARCONDES, 2000, p. 24).

O interesse do leitor passou a direcionar a produção noticiosa. Esse jornal tinha como público alvo as massas industriais e urbanas e era concebido para ser lido por quase todos.

Em geral, a imprensa popular sempre se especializou em histórias de ‘interesse humano’ (Hughes, 1940), em estilos dramáticos e sensacionalistas de reportagem e apresentação, na cobertura de crimes, catástrofes, crises, escândalos, guerras e celebridades (MCQUAIL, 2013, p. 37).

De acordo com Robert Park (2008), sociólogo da comunicação norte-americano do século 19, a conversão de um acontecimento em notícia já não era baseada em uma importância intrínseca do evento, mas no quanto este era incomum a ponto de surpreender, entreter e emocionar o leitor.

Percebe-se, deste modo, como a conversão do jornal em um produto significou um empobrecimento do conteúdo voltado para a formação cívica do indivíduo e a emergência de um jornalismo focado na atração do público leitor a partir de manchetes sensacionalistas e utilitárias que pouco contribuíam para o cumprimento da função social que legitimou a atividade.

A concorrência pela audiência também foi responsável por incorporar à profissão no final do século 19, início do século 20, dois valores centrais ainda hoje relevantes: uma cobertura centrada em fatos/acontecimentos e o império do fator tempo.

1.2.1.1 **Foco nos fatos e o império do tempo**

A centralidade de um jornalismo factual está ligada a predominância de um discurso sobre objetividade, “construído à volta de uma transmissão dos factos, separando informação e comentário” (NEVEU, 2005, p. 17). A valorização da veiculação de fatos e a supressão da opinião das coberturas jornalísticas decorreram da necessidade de agradar aos leitores em um contexto social e intelectual marcado pela ideologia positivista e por “*um vasto movimento intelectual em direção à distanciação científica e à separação cultural dos fatos do valor*” (GITLIN, 1978, p. 28 apud TRAQUINA, 2005, p. 51, grifo do autor). Ainda que ilusória, a crença na transmissão dos fatos apresenta consequências.

[a objetividade] assumida como norma profissional, produz efeitos. Estimula uma forma objetiva de ver as coisas que procura uma descrição clínica dos acontecimentos, transforma os indivíduos e os factos em objectos de descrição fria e abstém-se de comentários baseados no “diz-que-diz”. O corolário destas orientações é a desvalorização de um estilo pomposo ou de registos polémicos ou normativos, em favor de uma escrita sóbria e descritiva (NEVEU, 2005, p. 17).

Park (2008) prossegue que não há qualquer esforço do repórter para interpretar os eventos que relata. Deste modo, a orientação dos profissionais do jornalismo se tornou realizar

[...] a respiga e a montagem dos fatos. E este esforço tentava transformar o jornalismo numa máquina fotográfica da realidade, ou seja, na sua ideologia profissional, o espelho da realidade. A caça hábil dos fatos dava ao repórter a categoria comparável à do cientista, do explorador e do historiador (TRAQUINA, 2005, p. 52).

O resultado foi a criação de uma cultura jornalística centrada na produção de notícias descontínuadas, como uma série de incidentes independentes, na “forma de pequenas comunicações independentes que podem ser compreendidas facilmente e rapidamente” (PARK, 2008, P. 60). Não havia, portanto, a elaboração de uma crítica contextual que desse sentido aos acontecimentos.

Incorporado ao campo profissional, o mito da objetividade embasou a formulação da Teoria do Espelho. De acordo com essa teoria, as notícias são um simples reflexo da realidade e “[...] o jornalista é um mediador desinteressado, cuja missão é observar a realidade e emitir um relato equilibrado e honesto sobre suas observações, com o cuidado de não apresentar opiniões pessoais”, “e assim acredita-se que a palavra pode refletir a realidade” (PENA, 2007, p. 125-126). A crença na objetividade também

[...] define já o modelo de profissionalismo em que ser jornalista pressupõe uma relação profunda com o terreno, uma agenda de contatos, uma série de técnicas e truques para a recolha rápida de apontamentos, a triagem da informação e a maestria na conversação (NEVEU, 2005, p. 16).

O domínio da objetividade e da factualidade também reverberaram na natureza da formação universitária, baseada ainda hoje na aprendizagem de técnicas redatoriais e um baixo percentual – quando existente – de disciplinas sobre teorias políticas, económicas e sociais, ou seja, uma formação intelectual que dificulta ao jornalista tanto uma leitura mais complexa da realidade quanto um afastamento crítico acerca dos conteúdos disponibilizados por fontes de informação (NEVEU, 2005).

No final do século 19, duas novas tecnologias propiciaram a formação de outro valor que permanece fundamental para a profissão: a atualidade. Com a invenção do telégrafo em 1844, e do telégrafo por cabo em 1866, aumenta a velocidade de transmissão da informação, possibilidade da qual o jornalismo é um beneficiário. Para Traquina, isso sinaliza

uma nova era do jornalismo, cada vez mais global, e cada vez mais ligado à atualidade, que continua cada vez mais viva hoje, em que o tempo exerce um controle tirânico, embora a obsessão com a rapidez já fosse bem visível nas anedotas dos jornalistas do início do século na Inglaterra. A identificação do jornalismo com a atualidade seria irrepreensivelmente atingida e a obsessão dos jornalistas com a obrigação de fornecer as últimas notícias, de preferência em primeira mão e com exclusividade, tornar-se-á um marco fundamental da identidade jornalística (2005, p. 38, grifo nosso).

“A obsessão pelos fatos acompanhou uma crescente obsessão com o tempo e uma maior orientação por parte da imprensa para os acontecimentos” (TRAQUINA, 2005, p. 53), em vez de uma abordagem calcada na cobertura de temas.

Importante salientar uma relação que possa não ser tão evidente. A importância do fator tempo está intrinsecamente vinculada à factualidade e a inexistência de uma contextualização das notícias, já que, neste caso, a exclusividade de conteúdo deriva da velocidade do tempo de apuração e de transmissão da informação. Assim, a capacidade de coletar e transmitir a informação com maior rapidez servia como forma de distinção entre os veículos concorrentes para atrair um público leitor mais vasto.

A factualidade, a objetividade e a cobertura voltada para os acontecimentos, bem como a obsessão com o tempo, se tornaram uma parte importante da cultura jornalística em longo prazo (TRAQUINA, 2008), e permanecem vivas, mesmo quando já não fazem mais sentido sustentá-las.

1.2.2 A consolidação de um modelo jornalístico

Em linhas gerais, o modelo jornalístico adotado no transcorrer do século 20 não sofreu grandes alterações, consolidando-se, já que a base fundamental da profissão – a cultura jornalística, a identidade profissional, os valores e formas de fazer – permanece aquela desenvolvida nesse período. Há, ainda, dois aspectos estabelecidos nesse contexto que se propagam ao longo do tempo: um diz respeito à ideologia, outro, à economia.

Do ponto de vista ideológico, a orientação liberal desse jornalismo induziu a uma produção noticiosa centrada em um público pensado a partir de sua individualidade e não como parte integrante de uma comunidade. As informações deveriam satisfazer as necessidades de autonomia do indivíduo e, por isso, o interesse público não corresponde ao interesse da comunidade. As notícias de teor prático são o fruto dessa lógica de fornecer informação para a autonomia individual. Essas notícias atendiam, a partir dessa concepção, o interesse público, ainda que precariamente.

Do ponto de vista econômico, a subordinação da produção jornalística a uma lógica capitalista significou o tensionamento entre a função social que legitimava a atividade e o desejo de lucrar dos donos dos jornais. O modelo de duplo financiamento subverteu a ordem de importância na determinação da produção de notícias: o imperativo comercial passou a dominar as preocupações dos empresários do setor jornalístico tornando a função social e, por consequência, a qualidade, secundárias enquanto ideal a guiar a atuação dos jornalistas.

A percepção das sérias implicações desses direcionamentos ideológico e econômico impulsionou um movimento de crítica ao jornalismo dentro do escopo da teoria progressista e o surgimento do jornalismo *muckraking* que retomava a função social como norte no exercício da atividade. É neles que focamos nossa atenção a seguir.

1.3A era progressista: uma contraposição ao modelo tradicional

Apesar de majoritário, o jornalismo desenvolvido pela *penny press* não foi o único a emergir no início do século 20. Entre as décadas de 1890 e 1920, floresceu nos Estados Unidos a chamada Era Progressista⁴, que respondia às mudanças ocasionadas pela industrialização, como o aumento de grandes corporações e o medo da corrupção na política americana. O progressivismo foi uma ideologia política que propunha uma ação governamental racional para melhorar a sociedade. Essa filosofia percebia nos avanços nas ciências, na tecnologia, no desenvolvimento econômico e na organização social fatores vitais para a melhora da condição humana. A Era Progressista se caracterizou por um intenso ativismo social e por reformas políticas cujo objetivo era realizar uma

⁴ As informações sobre a Era progressista foram coletadas em:

<https://courses.lumenlearning.com/boundless-ushistory/chapter/the-progressive-era/>

modernização governamental, com foco na família, na educação e no sufrágio feminino, que igualmente expurgasse a corrupção governamental. Deste modo,

[...] os Estados Unidos tentavam lidar com as transformações sociais criadas pela industrialização e pela imigração maciças. A pobreza, o analfabetismo, o trabalho infantil, as más condições de trabalho, as preocupações com a saúde, e toda uma conjunção de problemas derivados forneciam aos reformadores progressistas um terreno fértil. Na economia, o fenómeno de grandes quantidades de capital concentradas nas mãos de poucos deu lugar a reformas visando uma maior igualdade económica. Na política, os reformadores insistiam numa maior participação democrática com uma ênfase no direito de voto para as mulheres e na educação cívica (EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003, p. 89).

Quanto ao jornalismo, os teóricos progressistas sustentavam que a comunicação de massa poderia ser utilizada como “uma força potente para o esclarecimento público, complementando e dando continuidade às novas instituições de escolarização universal, bibliotecas públicas e educação do povo” (MCQUAIL, 2013, p. 58). Os jornais teriam um potencial positivo de contribuição ao progresso através da difusão da informação e da exposição da corrupção política. Esses teóricos percebiam, no entanto, que tal potencial não estava sendo plenamente aproveitado devido à interferência da orientação comercial e à adoção de uma concepção liberal de democracia e de liberdade na produção das notícias.

As críticas elaboradas por John Dewey, Edward Ross e Robert Park no final do século 19, início do século 20 são particularmente relevantes, pois tanto detectaram as consequências negativas da comercialização da imprensa, quanto propuseram uma nova base ideológica comunitária para orientar o exercício da atividade jornalística. No fundo, como se perceberá no decorrer deste trabalho, os autores anteviram as causas da crise jornalística e o caminho que deveria ser trilhado para o seu resgate.

O fim da Era Progressista não cessou o desenvolvimento de críticas propositivas importantes para compreender os rumos tomados pelo jornalismo comercial e as alternativas existentes para esse modelo. Com constatações similares a dos teóricos progressistas, surgiu na década de 1940, nos Estados Unidos, a Comissão sobre a Liberdade de Imprensa, responsável por formular a Teoria da Responsabilidade Social da Imprensa. O relatório produzido por essa comissão é uma síntese do momento jornalístico desse período e por isso será exposto após a apresentação dos teóricos progressistas.

1.3.1 John Dewey

Um dos primeiros e mais importantes pensadores progressistas foi John Dewey, professor nas Universidades de Michigan e Chicago no final do século 19 e início do século 20 (CONDE, 2008). Dewey colocava o sistema educacional no topo da agenda progressista, ao partir do raciocínio de que para a democracia ser bem-sucedida, o público em geral precisava ser educado. Entretanto, sua concepção de democracia era distinta daquela adotada pela ideologia liberal burguesa que orientou a atuação das grandes cadeias de jornais do século 20. Para Dewey, a democracia é a própria ideia de vida em comunidade, vivência indispensável para a completude dos indivíduos enquanto seres sociais. O progresso da vida social não requeria, no seu ponto de vista, o sacrifício do indivíduo, mas promovia, pelo contrário, o seu crescimento. Percebia numa investigação cooperativa a partir dos esforços da comunidade a melhor forma de resolver os problemas sociais (COLEMAN, 2003), ou seja, acreditava na capacidade que os grupos tinham para solucionar suas dificuldades.

A partir desse viés comunitário de democracia, Dewey defendia uma governança através de uma cidadania mais envolvida, apoiada por um papel ativo da imprensa, em que caberia a comunicação de massas incentivar as pessoas a participarem da vida pública (COLEMAN, 2003) e, também, promover uma educação continuada. Deste modo, “a comunicação era a resposta de Dewey aos problemas da democracia americana para um público que se tinha ‘eclipsado’” (DEWEY, 1927, p. 121 apud COLEMAN, 2003, p. 62), já que, para ele, o problema do público era a necessidade de melhorar os métodos e as condições de debate, discussão e persuasão. Preocupava-se com a ligação estabelecida entre a imprensa e o público e apresentava “uma concepção de comunicação e de ordem social [...] superior às ideias libertárias que vieram antes e depois” (PETERS, 1989a apud COLEMAN, p. 63).

Suas concepções de democracia e do papel da imprensa foram posteriormente retomadas pelo jornalismo cívico no final dos anos 1980, como forma de responder a dificuldades que, certos profissionais já haviam notado, atingiam o jornalismo, indicando a importância das ideias de Dewey para o setor.

1.3.2 Edward Ross

Sociólogo ligado ao movimento progressista, Edward Ross direcionou sua atenção para a imprensa e os resultados de sua comercialização, ou, melhor dizendo, para o tensionamento na relação entre a função social do jornalismo e sua constituição

enquanto um produto voltado para a obtenção de lucros. Debater a comercialização da imprensa era essencial já que a imprensa apresentava uma capacidade enorme e crescente de conduzir a opinião pública.

O jornal possui um enorme e crescente poder sobre a mente pública devido à sua adaptação à perspectiva na qual os eventos atuais são vistos pelo leitor. Controlando a distribuição da ênfase em narrar os fatos, enfatizando dia a dia um tipo de fato e deixando para um segundo plano o tipo contrário, dando a notícia principal na primeira página em negrito e a secundária na página interna e no corpo, o proprietário do jornal fabrica impressões que geram opinião e, caso ele possua uma rede de jornais importantes, ele virtualmente pode fazer a opinião pública sem o público saber! (ROSS, 2008, p. 114)

As conclusões de Ross foram desanimadoras: a comercialização da imprensa e uma administração preocupada exclusivamente com os lucros provenientes do negócio levavam a um jornalismo de menor qualidade e com maior apelo aos instintos. De acordo com o autor, a ampliação do público dos jornais, orientado para angariar leitores nas camadas populares, baseados na premissa de satisfazer a demanda e de “dar ao público o que ele deseja” resultou em um abuso do sensacionalismo, um exagero nas banalidades, a uma exploração da vida privada de pessoas proeminentes. “Para interessar ao menino de recados, à operária de uma fábrica e ao imigrante rude, o jornal precisa ser picante, divertido, emotivo e cromático. Por isso é preciso, então, culpar o público norte-americano” (ROSS, 2008, p. 87).

Além disso, a manufatura de jornais exigia um custo elevado e, à medida que os lucros foram cada vez mais garantidos pelos anunciantes e não pelos assinantes, o poder dos primeiros de determinar o que seria ou não veiculado passou a controlar a produção noticiosa do jornal.

Apesar de todas as suas pretensões, muitos jornais não estão “dando ao público o que ele deseja”. Apesar de todos esses prodígios tão proclamados de uma “empresa” jornalística cara, dos repórteres investigadores e correspondentes apressados, as linhas alugadas e os trens especiais, as notícias, as boas notícias “vivas”, “material vermelho vivo”, estão sendo deliberadamente suprimidas ou distorcidas (ROSS, 2008, p. 88).

A interferência dos anunciantes criou as chamadas “vacas sagradas” do jornalismo, empresas que por anunciarem no jornal não poderiam ser alvo de reportagens negativas. Pelo contrário, a verdade passou a ser distorcida ou suprimida para favorecer essas empresas. A única limitação para essa supressão ou distorção era a manutenção da imagem de um jornal comprometido com o interesse do leitor. Deste modo,

[...]o silenciamento dos acontecimentos com a anuência do anunciante só encontrará um limite na inteligência e na vigilância do público leitor. Conduzido por uma “proposta comercial”, o jornal não se atreve a suprimir as notícias além de um certo ponto, e sempre pode assinalar orgulhosamente as notícias não suprimidas como provas de sua independência e espírito a favor do público (ROSS, 2008, p. 91).

Para o autor, inclusive, o jornalismo *muckraking* surgido nesse período era uma forma de responder a essa supressão de notícias. Ross também rebateu a ideia de que o público seria capaz de reconhecer a verdade, já que “a arte de simular a honestidade e a independência superou a agudeza do leitor médio” (ROSS, 2008, p. 100). A compensação financeira necessária para apoiar um jornal honesto e franco que não recorresse à publicidade deveria ser realizada pelos leitores, entretanto, “as massas não pagarão três centavos quando outro jornal que ‘parece igualmente bom’ pode ser comprado por um centavo” (ROSS, 2008, p. 100).

Seria necessário, portanto, reconhecer que o meio de informação comercial não estava apto a satisfazer as necessidades que lhe eram incumbidas em um sistema democrático (ROSS, 2008). A conclusão, em outras palavras, é de que o lucro havia corroído o cumprimento da função social e a qualidade dos jornais.

1.3.3 Robert Park

Outro teórico progressista que direcionou sua atenção para o poder da imprensa e as funções que desempenha na sociedade foi Robert Park, aluno de Dewey na Universidade de Michigan, onde estudou entre 1883 e 1887 (CONDE, 2008). Para esse autor, o poder da imprensa também residia em sua influência na formação da opinião pública e a consequente mobilização da comunidade para a ação política, já que o processo político estaria baseado em discussões através das quais seriam estabelecidas novas políticas e leis que culminariam na constituição de novas instituições (PARK, 2008).

A opinião pública seria, deste modo, um incidente do processo político, uma opinião em processo de constituição antes de ser “estabelecida em forma de dogma, doutrina ou lei” (PARK, 2008, p. 72). Para Park, entretanto, as massas populares só poderiam participar da opinião pública uma vez que estivessem informadas sobre os acontecimentos. A liberdade seria uma condição necessária, mas não suficiente para a instrução do público, que precisaria estar apto a debater e discutir para, então, formular uma opinião.

Pois a opinião pública, que funciona como uma mente numa sociedade livre, é o produto da discussão. Por sua vez, a discussão surge de diferentes interpretações que diferentes indivíduos, diferentes partidos políticos e grupos dão aos eventos. Isto, porém, novamente supõe a existência em qualquer público de um entendimento geral e uma comunidade de interesse entre todas as partes, o suficiente para tornar a discussão possível (PARK, 2008, p. 76).

Dentro dessa perspectiva, o papel da imprensa transcenderia a mera veiculação de fatos que informassem os leitores.

O papel da imprensa nesse caso obviamente não é meramente de orientar o público a respeito das questões envolvidas, mas de criar um desejo coletivo e um poder político o qual, à medida que mobiliza a comunidade, tende a finalizar a discussão. Isso é o que constitui o poder de imprensa (PARK, 2008, p. 72).

Esse poder da imprensa decorreria da capacidade das notícias de formar a opinião das pessoas numa democracia em que todos leem (PARK, 2008). Não apenas as notícias, mas também o escritor editorial e a página editorial teriam papel relevante nesse processo, já que seria função do editor interpretar a notícia, dizer o que ela significa e o que fazer a respeito dela.

Nunca sabemos o que os fatos significam até descobrirmos como agir em resposta a eles, e se tivermos que agir de modo consistente. A extensão em que a página editorial contribuiu para a ação política consistente está relacionada com a habilidade do redator em interpretar os eventos de acordo com algum princípio racional (PARK, 2008, p. 79).

Park também acreditava que a opinião pública tem uma direção e sentido e que uma minoria convicta seria mais eficaz na determinação de uma ação política do que uma maioria simplesmente interessada (PARK, 2008). Neste sentido, entende-se o poder que atribui à imprensa na construção de um consenso que conduza à ação política.

Ainda que deposite na imprensa um grande poder de levantar e finalizar discussões “fazendo a notícia e incidentalmente a política” (PARK, 2008, p. 74), Park não acredita que a opinião pública seja condicionada imperativamente pela imprensa.

[...] opinião pública formada à base da notícia representa a interpretação dos eventos que cada indivíduo faz por ele mesmo de acordo com seus interesses individuais, preconceitos e predileções, qualificada pela interpretação que os outros indivíduos, com os quais ele tem discutido o assunto, têm feito dos mesmos eventos (PARK, 2008, p. 81).

Além dessas influências, o poder da imprensa também estaria restrito pela sua circulação e pela viabilidade de gerar consenso dentro de uma comunidade.

“Sempre que, em qualquer sociedade política, a diversidade de interesses e pontos de vista na interpretação das notícias tornar-se tão intensa a ponto de inviabilizar a discussão, então não haverá mais nenhuma opinião pública, pelo menos nenhuma opinião pública eficaz.” (PARK, 2008, p. 76)

Assim como Dewey, Park também delegou ao jornalismo uma função social de informar para formar, ao perceber que as massas apenas poderiam participar ativamente do processo político quando munidas de conhecimentos que as habilitassem a compor e a constituir uma esfera pública de discussão ampla e qualificada, que, ao chegar a um consenso, teria a força necessária para levar a cabo uma ação política. Ao mesmo tempo, identificou que a cobertura factual realizada pela imprensa, ao não oferecer uma interpretação e uma contextualização para os acontecimentos, deixava de conceder ao cidadão informação suficiente para participar ativamente do debate público e, conseqüentemente, da ação política.

A partir de uma reflexão sobre essas ideias, poderíamos inferir que, se uma população bem informada é impulsionada à ação política, uma população mal informada, pelo contrário, é incentivada a restar descansada em uma apatia política.

1.3.4 O jornalismo *muckraking*⁵

John Dewey, Robert Park e Edward Ross sublinharam a capacidade da imprensa de atuar sobre a opinião pública e a importância que esse poder exerce na condução da vida política e nas modificações sociais. A ideologia transcendeu o campo teórico e se transformou em uma prática ao fundamentar o surgimento do *muckraking*, um novo tipo de jornalismo. Ainda que não haja um consenso sobre as razões específicas que levaram à emergência do *muckraking* (NEUZIL, 1993 apud EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003, p. 90), certo é que esse movimento operou a partir do interior do progressivismo, como uma reação a decadência dos jornais no cumprimento de suas funções sociais e a consciência de que era possível transformar a sociedade a partir da atividade jornalística.

⁵As informações sobre o jornalismo *muckraking* sem uma referência explícita foram retiradas de um curso de vídeo-aulas ofertado pela Universidade de Columbia e ministrado pela professora Anya Schiffrin, “*Global Muckraking: Investigative Journalism and Global Media*” em: <https://courses.edx.org/courses/course-v1:ColumbiaX+GM1x+3T2016/course/>

Exercido entre 1902 e 1917, nos Estados Unidos, o jornalismo *muckraking*, gérmen do jornalismo investigativo moderno, se caracterizou por suas reportagens investigativas, de verdadeiros cães de guarda, sobre a corrupção política, as péssimas condições de trabalho dentro das indústrias, a miséria da população na vida urbana, as práticas inescrupulosas de negócios, desperdícios e escândalos em nível nacional, a fim de defender e promover reformas sociais. O termo *muckrakers* remonta a um personagem no clássico “O peregrino” de John Bunyan, “*The Man with the Muck-rake*”, que rejeitou a salvação para se focar na imoralidade, e foi orgulhosamente adotado por esses jornalistas depois que o Presidente Theodore Roosevelt usou o personagem para se referir a esses jornalistas em um discurso de 1906.

Esses profissionais atuavam principalmente em revistas, dentre as quais se destaca a *McClure*, cujo editor, Samuel McClure, é habitualmente considerado o inventor do *muckraking*. Naquela revista, foram publicados os trabalhos mais importantes como “A vergonha das cidades”, uma série de artigos sobre a corrupção municipal, de Lincoln Steffens, ou, ainda, “A história da Standard Oil” de Ida Tarbell, uma denúncia do monopólio do petróleo (EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003, p. 90).

Outro nome proeminente do movimento foi o repórter Upton Sinclair, que em *The Brass Check* (1919), denunciou como a comercialização dos jornais havia subvertido estes em simples intérpretes de seus donos e de capitalistas gananciosos. Esse posicionamento crítico em relação ao jornalismo das grandes cadeias de jornais também era feito pelos demais membros do movimento, que condenavam “a excessiva dependência da grande imprensa do dinheiro da publicidade, sendo os seus editores frequentemente retratados como reféns desse dinheiro” (BLANCHARD, 1978, p. 33-34 apud EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003, p. 91), demonstrando uma compreensão dos impactos da comercialização no exercício da função social.

Apesar da orientação diversa, esse jornalismo empregou o sensacionalismo da imprensa marrom e também enfatizou reportagens factuais com a utilização de uma linguagem mais atrativa para interessar a uma audiência massiva. No entanto, ao contrário dos jornalistas objetivos da *penny press*, os *muckrakers* escreviam para promover uma mudança social e, por isso, viam-se primeiramente como ativistas politicamente engajados, associados a reformas progressistas.

[...] os *muckrakers* estavam preocupados com as comunidades que descreviam, vivendo mesmo muitos deles nessas comunidades como forma de obter um conhecimento em primeira mão (WILSON, 1988 apud EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003, p. 90).

Muitos *muckrakers* tinham diferentes origens educacionais e se tornavam jornalistas porque queriam lutar por justiça. A formação diversificada em humanidades e ciências sociais lhes fornecia um conhecimento aprofundado que os permitia fazer análises mais complexas das tendências sociais, econômicas e políticas que tinham transformado uma sociedade agrária em uma nação industrial (MORISON *et al.*, 1969, p. 453 apud EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003, p. 101).

O objetivo dessas reportagens era tornar o público consciente sobre os problemas sociais a fim de gerar um apoio popular que pressionasse o governo a agir. Deste modo, procuravam “educar o público e incentivá-lo à participação cívica para a concretização dessas reformas sociais e políticas” que propunham (EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003, p. 91). Percebe-se, portanto, como encarnaram as concepções progressistas sobre o papel do jornalismo na educação da opinião pública, na mobilização e participação políticas.

Esses jornalistas atuaram em conjunto com movimentos sociais organizados, como os abolicionistas. Tal articulação lhes permitiu alterações legislativas significativas a partir de reportagens. Entretanto, além de depender de movimentos sociais organizados para conduzir transformações sociais, de acordo com Alexander Dyck (2017)⁶, o modelo apresenta limitações nos impactos que pode promover. Dyck explicita que o caráter de novidade dos conteúdos também foi um fator importante para a sua repercussão e seus efeitos e que a permanência de uma série de problemas sociais, alvo de coberturas intensas, demonstrou que a simples exposição, “*naming and shaming*”, não é suficiente para solucionar problemas sistêmicos.

Para o professor Luigi Zingales (2017)⁷, o jornalismo *muckraking* só foi possível porque os meios de comunicação utilizados para veicular essas reportagens apresentavam uma baixa dependência de publicidade. Consequentemente, os jornalistas

⁶As informações foram retiradas de uma entrevista concedida pelo teórico para o curso da Universidade de Columbia, “*Global Muckraking: Investigative Journalism and Global Media*” sobre jornalismo *muckraking* ministrado pela professora Anya Schiffrin, em: <https://courses.edx.org/courses/course-v1:ColumbiaX+GM1x+3T2016/course/>

⁷Idem 6

não eram coagidos por interesses comerciais, já que as atividades eram financiadas com base nos leitores. Ainda que o jornalismo investigativo dos *muckrakers* tenha ocasionado um aumento das vendas dos periódicos em que eram transmitidos, o custo para a produção destas reportagens era demasiado elevado.

Tendo de suportar os enormes custos do jornalismo investigativo, revistas como a *McClure's* necessitavam de uma circulação crescente. Tal obrigou a que recorressem aos dólares da publicidade à medida que essa circulação baixava. Este desenvolvimento colocou a imprensa *muckracking* na situação com que a imprensa tradicional se confrontava” (WILSON, 1988, p. 77 apud EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003, p. 91).

Mesmo que tenha sucumbido diante de questões econômicas, o *muckraking* foi fundamental para a história do jornalismo. Primeiro, porque constituiu um precedente sobre modos de fazer que passou a compor a identidade e a ideologia profissional. Segundo, porque apontaram as limitações que mesmo um jornalismo investigativo ativista e orientado para a promoção de reformas sociais apresenta no combate a problemas sistêmicos.

1.3.5 A Teoria da Responsabilidade Social

As críticas formuladas pelos progressistas estimularam a formação de uma comissão por acadêmicos das ciências sociais e do novo campo das comunicações de massas (COLEMAN, 2003, p. 63) a fim de investigar as acusações sobre a comercialização da imprensa e seu poder social.

Em resposta à crítica generalizada aos jornais norte-americanos, principalmente por causa de seu sensacionalismo e seu comercialismo, mas também por seu desequilíbrio político e suas tendências ao monopólio, criou-se uma comissão privada de investigação em 1942 (HUTCHINS, 1947 apud MCQUAIL, 2013, p. 163).

A comissão sobre a Liberdade de Imprensa, posteriormente, Comissão Hutchins, introduziu o resultado das investigações através do relatório *A Free and Responsible Press*, publicado em 1947, nos Estados Unidos (AZEVEDO, 2010). Liderada por Robert Maynard Hutchins, antigo reitor da Universidade de Chicago, a comissão concluiu que a imprensa norte-americana era, em termos gerais, socialmente irresponsável, tendo avançado com sugestões para melhorá-la (MERRILL, 1997 apud AZEVEDO, 2010).

Além de criticar o teor sensacionalista das reportagens e a ausência de uma nítida separação entre notícias e opiniões individuais, o relatório apontou como uma

falha frequente do jornalismo o “pouco acesso a vozes de fora do círculo de uma minoria privilegiada e poderosa” (MCQUAIL, 2013, p. 163). Nesse relatório, em que foi cunhado o termo responsabilidade social, também se esboçaram padrões jornalísticos fundamentais que deveriam ser perseguidos pela imprensa no desempenho de suas atividades. Para estes estudiosos,

Uma imprensa responsável deve ‘apresentar uma descrição completa, verdadeira, abrangente e inteligente dos eventos correntes, em um contexto que lhes dê sentido’. Deve ‘servir como fórum para o intercâmbio de comentários e críticas’ e ser ‘portadora da expressão pública’. Em terceiro lugar, a imprensa deveria apresentar uma ‘imagem representativa de grupos constituintes da sociedade’ e também apresentar e esclarecer os ‘objetivos e valores da sociedade’ (HUTCHINS, 1947 apud MCQUAIL, 2013, p. 163).

Assim, a imprensa deveria ser “diversa, objetiva, informativa e independente” e deveria evitar “causar ofensa ou incentivar o crime, a violência ou a desordem” (HUTCHINS, 1947 apud MCQUAIL, 2013, p. 163).

A Teoria da Responsabilidade Social contrapunha concepções distintas àquelas provenientes da ideologia libertária que haviam fundamentado a legitimidade da imprensa no século 19. Para a teoria libertária, os indivíduos, instintiva e racionalmente, sabiam determinar o que era bom para sociedade e agir em função disso. Aqueles que agiam em prol do bem comum eram naturalmente superiores aos que podiam perturbar o interesse geral, não sendo necessário, por isso, sensibilizar os jornalistas para as suas responsabilidades (PINA, 2007 apud AZEVEDO, 2010). A responsabilidade jornalística, nesse sentido, decorria exclusivamente de uma virtude libertária da imprensa.

Assumia-se que eram os diferentes meios de comunicação quem deveria interpretar a responsabilidade, consoante os seus próprios critérios. No fundo, as várias interpretações da responsabilidade eram consideradas um sinal não só de uma imprensa livre como também de uma imprensa responsável (MERRILL, 1997 apud AZEVEDO, 2010).

Para Hutchins e seus 12 comissionados, a cobertura realizada a partir dessa abordagem individualista liberal em que o indivíduo se sobrepunha à sociedade (AZEVEDO, 2010), conduzia a uma desintegração social, que acarretava um aumento dos crimes e das imoralidades, bem como perda de crenças coletivas e sensação de isolamento. No entanto, “se esperava das comunicações modernas uma contribuição positiva à coesão e ao sentido de comunidade” (MCQUAIL, 2013, p. 57).

A Teoria da Responsabilidade Social produzida pela Comissão ressaltou que a centralidade do indivíduo deveria ser substituída pela preponderância da comunidade, com uma ênfase de uma dimensão coletiva. A comissão preconizou que

[...] as matérias delicadas da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa deviam ser consideradas mediante o todo social em que os indivíduos se integram. Segundo esta nova doutrina, o exercício individual da liberdade jornalística acarreta obrigações, pressupondo uma responsabilidade perante a comunidade (FIDALGO, 2006 apud AZEVEDO, 2010).

A partir dessa premissa, William Hocking, influente membro da Comissão, defendeu que “o direito da imprensa a ser livre não poderia existir sem o direito do povo a ter uma imprensa livre e adequada”. Ainda, argumentou que face à confrontação dos dois direitos, era o direito do público que deveria prevalecer em detrimento do direito da imprensa (FIDALGO, 2006 apud AZEVEDO, 2010, p. 37).

[...] para a doutrina da responsabilidade social, já não basta que a imprensa disponha da sua liberdade de expressão, como tradicionalmente acontecia, sendo necessário que ela assegure aos cidadãos o direito fulcral à informação adequada, para que estes possam participar na vida pública (FIDALGO, 2006 apud AZEVEDO, 2010).

Além disso, para a Comissão, a liberdade de expressão da imprensa não se constituía em um direito natural, absoluto e irredutível, mas sim em um direito moral que implicaria simultaneamente o dever diante de si próprio, diante da sua consciência e diante dos outros de buscar o bem comum. Essa concepção implicava igualmente um dever complementar – o de estar bem informado. Em contraponto à perspectiva liberal, para a qual cabia ao indivíduo a decisão de exercer o seu direito de acesso à informação, a Teoria da Responsabilidade Social estabelece como dever do indivíduo enquanto cidadão ativo e responsável, estar informado sobre sua comunidade, sendo de sua escolha apenas como o fará (AZEVEDO, 2010).

Essa compreensão acerca do direito à informação e à livre expressão conduz inclusive a um entendimento diverso sobre o conceito de liberdade, outro marco que separa a teoria libertária e a Teoria da Responsabilidade Social proposta pela Comissão. “A teoria liberal assenta na liberdade negativa, numa lógica de ser ou estar livre de: o indivíduo não deve ver a sua liberdade restringida por quaisquer constrangimentos ou medidas exógenas a ele” (FIDALGO, 2006 apud AZEVEDO, 2010, p. 38). A Teoria da Responsabilidade Social, entretanto, expõe que esta liberdade negativa não é suficiente, uma vez que “não chega dizer a um homem que é livre de atingir os seus fins; deve-se apetrechá-lo com os meios apropriados para atingir esses fins” (SIEBERT;

PETERSON; SCHRAMM, 1956, p. 94 apud COLEMAN, 2003, p. 64). A partir dessa interpretação, criaram o conceito de liberdade positiva – “liberdade para” em vez de “liberdade em relação a” –, e sustentaram que era responsabilidade do governo não apenas conceder aos cidadãos liberdade, mas também a promover ativamente (MCQUAIL, 2013, p. 163-164). Sob essa lógica, o indivíduo deve dispor de condições e meios para atingir o fim desejado e, para tanto, não basta eliminar obstáculos à liberdade, o que resultaria em uma liberdade vazia e ineficaz. “É preciso entender que a liberdade não é um direito “incondicional”, antes implica assumir e realizar deveres que ultrapassam o mero interesse pessoal.” (FIDALGO, 2006 apud AZEVEDO, 2010, p. 38). Aplicado à liberdade jornalística, esse princípio conduziu a Comissão a defender que a imprensa deveria ser livre de todas as limitações a fim de alcançar seus objetivos, que deveriam ser ditados pelo seu sentido ético e também pelas necessidades da sociedade (FIDALGO, 2006 apud AZEVEDO, 2010).

Além da Teoria da Responsabilidade Social ser próxima da proposta de Dewey sobre o “papel da imprensa no auxílio à construção de uma sociedade pluralista e tolerante” (COLEMAN, 2003, p. 63), Hutchins também dividia com aquele autor a percepção de que “a imprensa é uma instituição social preponderante, sobretudo no plano da educação contínua dos indivíduos” (MERRILL, 1997 apud AZEVEDO, 2010, p. 38) e que uma atuação responsável da imprensa era indispensável para que os indivíduos não fossem privados de sua liberdade pelas forças da sociedade, como o governo, por exemplo. A Teoria da Responsabilidade Social visava à libertação da imprensa, para que esta não estivesse sujeita a pressões políticas ou econômicas e pudesse, assim, prestar um serviço efetivo à comunidade (MERRILL, 1997 apud AZEVEDO, 2010).

Hutchin e os seus comissários achavam a imprensa demasiado orientada para o lucro e incapaz de dar à sociedade informação relevante, em proporções suficientes, num contexto que atribuísse significado aos acontecimentos. A Comissão Hutchins criticava ainda a imprensa por ela negligenciar várias ideias dos grupos que constituíam a sociedade e por ser inteiramente passiva e superficial (MERRILL, 1997 apud AZEVEDO, 2010, p. 39).

Enquanto força potencial na promoção da coesão, a mídia de massa deveria atuar para conectar indivíduos dispersos e apoiar movimentos de reforma social (MCQUAIL, 2013, p. 57), já que a orientação liberal da imprensa estava produzindo uma sociedade individualista em que o senso de pertencimento estava sendo progressivamente desintegrado. De uma forma geral, a imprensa apresentou uma baixa

responsividade ao relatório e permaneceu orientada principalmente para o princípio da objetividade na cobertura dos acontecimentos (COLEMAN, 2003, p. 64).

A Teoria da Responsabilidade Social da Imprensa compartilhou ideias com pesquisadores progressistas e anteviu, assim como estes, a existência de distorções no exercício do jornalismo em seu viés comercial. Os problemas apontados, de ordem econômica e ideológica, compõem os fatores que no início dos anos 1980 começaram a desencadear a crise atual: um afastamento da comunidade e uma negligência de vozes populares; uma abordagem individualista que levava a uma desintegração social; um jornalismo passivo e superficial que, ao não oferecer um contexto que desse sentido aos acontecimentos, não fornecia ao cidadão uma informação crucial para sua participação na vida pública; um jornalismo que não estava voltado para o bem comum e; um jornalismo de baixa qualidade, incapaz de cumprir sua função social, por priorizar o lucro.

Ao mesmo tempo, a Teoria da Responsabilidade da Imprensa, bem como as teorias progressistas, contribuíram para a construção de uma perspectiva alternativa à orientação que deveria ser privilegiada pela imprensa na condução de suas atividades. Essas teorias não apenas estudavam o poder da imprensa na formação da opinião pública e como poderia ser utilizado para melhorar a sociedade, também elaboravam um conceito de democracia distinto daquele estabelecido pela teoria liberal em que não caberia ao indivíduo exclusivamente o exercício do voto, ao contrário, a vida em sociedade significava uma participação cívica ativa no encaminhamento do processo político. Nesse sentido, atender ao interesse público se tornava satisfazer as necessidades da coletividade e não do indivíduo em sua singularidade. Tratava-se de priorizar o bem comum.

O alarme para o jornalismo foi soado nesse momento, mas seria efetivamente escutado apenas no final de 1980, quando um pequeno grupo de jornalistas resolveu responder à crise que percebiam assolar a atividade. Eles seguiram o barulho do som, que os conduziu de volta à comunidade: nascia o jornalismo cívico.

1.4 O império da empresa voltada ao lucro: a preponderância do aspecto econômico

Apesar do alerta, tanto dos teóricos progressistas quanto da Comissão Hutchins, o tensionamento entre a função social do jornalismo e seu caráter comercial se acirrou ainda mais no decorrer do século 20, e mantiveram-se as características do modelo desenvolvido no início desse período - sensacionalista, superficial, focado no factual, objetivo -, voltado prioritariamente para o lucro.

Com a expansão da imprensa, há um processo de burocratização, em que as empresas se tornam maiores e mais complexas. Os departamentos comercial e editorial foram mais claramente demarcados e há uma divisão do trabalho que resultou na criação de numerosas posições jornalísticas. É a partir dessa divisão de funções que a estrutura industrial toma forma (TRANQUINA, 2005) e se originam os grandes conglomerados midiáticos. A demanda crescente de capital para operacionalizar as atividades do setor levou à formação de mono e oligopólios cuja administração acentuou intensamente a redução dos custos a fim de obter maiores lucros (MARCONDES, 2000).

Conforme previsto pela Comissão Hutchins e pelos progressistas, essa gestão concentrada no aumento da rentabilidade a partir de um empobrecimento da qualidade e de relegar a segundo plano a função social apresentou graves consequências para o setor. Os frutos dessa escolha, e da orientação de uma ideologia liberal, começariam a ser colhidos com maior intensidade no desvanecer do século 20 e no desabrochar do século 21.

1.4.3 Crise do modelo tradicional: um problema além da rentabilidade

Analisada a partir de uma perspectiva econômica, a crise do modelo jornalístico tradicional encontraria uma simples explicação: o fim do histórico modelo de duplo financiamento devido ao surgimento da internet e a migração dos anúncios publicitários para esse novo meio. Desde esse ponto de vista, a internet e a acessibilidade dos aparelhos portáteis significaram igualmente o aumento da concorrência, haja vista o barateamento dos custos de produção e distribuição de conteúdos, que levaram a uma segmentação e dispersão do público, antes concentrado sob o jugo dos grandes conglomerados midiáticos. Em uma curta frase: o dinheiro esvaiu-se. Essa linha narrativa tem sido utilizada para justificar demissões massivas e uma pressão crescente sobre os profissionais empregados para que aumentem sua produtividade. Mas,

compreendida a partir de uma perspectiva histórica, com o perdão do trocadilho, a história da crise é outra.

1.4.1.1 Explicando a crise

Não impressiona que a reação coordenada dos executivos das empresas jornalísticas a uma crise do modelo tenha surgido depois de iniciativas individuais por parte de jornalistas – o jornalismo cívico, embrião do jornalismo de soluções, foi criado para responder exatamente os mesmos aspectos enfrentados hoje pelas corporações ainda no final dos anos 1980 –, uma vez que as dificuldades financeiras são apenas o reflexo de um processo anterior de deterioração do setor, devido ao não cumprimento da função social e da baixa qualidade do jornalismo, que, conforme vimos, foram apontadas há muito tempo. O foco dos empresários estritamente nos lucros, no entanto, deixou-os míopes para a importância de investir na qualidade da atividade por trás dos números, e de pensar nos resultados contábeis em longo prazo e não de maneira imediata. Nesse sentido, a internet se constituiu no estopim da crise tanto por desnudar a baixa qualidade do jornalismo ofertado quanto por fornecer fontes alternativas de informação.

A maximização dos lucros há muito tempo vinha condicionando as possibilidades de produção noticiosa. Com a informatização das redações, os empresários viram a oportunidade de reduzir os custos e sobrecarregaram os jornalistas com atividades antes exercidas por diferentes profissionais. Isso acentuou a pressão para os jornalistas produzirem mais em menos tempo e levou a um empobrecimento do conteúdo.

Eles dispõem de menos tempo para conduzir suas pesquisas e para escrevê-las; eles produzem informações mais superficiais. Nos anos 70 e 80, os sociólogos americanos estudaram suas condições de trabalho e mostraram que as pressões do tempo pesavam sobre a produção de informação e, conseqüentemente, diminuam sua qualidade [...] (KLINENBERG, 1999, p. 7 apud MARCONDES, 2000, p. 73).

A necessidade de aumentar a produtividade e a diminuição dos recursos disponíveis para fazer reportagens tornou prioritário o uso de informações advindas de autoridades públicas e fontes oficiais, por sua praticidade e por possibilitar um corte de custos na produção das notícias (ENTMAN, 1989). Em face da precarização do jornalista, cresceu a dependência das informações fornecidas por tais autoridades: o jornalismo foi invadido por comunicados de imprensa (MARCONDES, 2000; NEVEU,

2005). Essa dependência fica explícita quando percebemos que, em vez de veicularem informações produzidas por si, os jornalistas estão apenas repercutindo as investigações realizadas por órgãos do governo, comprometendo a função social de vigilância dos poderes.

A abundância de comunicados oficiais reverberou na relação entre os jornalistas e a comunidade, pois significou mitigar a participação da voz popular dentro das reportagens. Em uma pesquisa realizada por Neuman, Just e Crigler, descobriu-se a existência de uma discrepância entre os temas priorizados pelo jornalismo e os assuntos considerados prioritários para as audiências (NEUMAN; JUST; CRIGLER, 1992 apud COLEMAN, 2003). Essa baixa responsividade dos jornalistas em relação ao público se torna evidente nas coberturas políticas. De acordo com o jornalista James Fallow (1995), quando podem perguntar aos líderes políticos, os cidadãos centram suas questões em impostos, programas partidários, no financiamento educacional, e raramente se interessam pelo jogo político. Por outro lado,

‘Os jornalistas justificam a sua intromissão e os seus excessos alegando que os seus concidadãos colocariam se tivessem ocasião de se encontrarem com os Presidentes e senadores. Mas de facto fazem perguntas que só interessam aos políticos profissionais (...)’ (FALLOW, 1995 apud MESQUITA, 2003, p. 24).

O público é o termo que confere sentido ao empreendimento jornalístico (CAREY, 1987 apud COLEMAN, 2003), pesquisas demonstraram que o afastamento entre o público e o jornalista compromete a capacidade do jornalismo de realizar um trabalho junto à comunidade (BURGOON, *et al*, 1987 apud COLEMAN, 2003, p. 66). Isolado do público, dificilmente o jornalista pode ecoar a sua voz ou atender às suas necessidades.

‘[...] Os cânones do jornalismo têm origem na e brotam da relação da imprensa com o público. O público é o totem e talismã, um objeto de homenagem ritual... Mas apesar de todo o encantamento ritual do público na retórica do jornalismo, ninguém sabe já ao certo o que é o público, ou onde se pode encontra-lo, ou até se ele ainda existe’ (CAREY, 1987, p. 5 apud COLEMAN, 2003, p. 66).

Em estudos realizados desde os anos 1980, financiados por fundações, associações profissionais e grupos empresariais vinculados à mídia, cujo objetivo era identificar causas para o declínio da credibilidade do jornalismo, esse afastamento apareceu elencado, dentre outros fatores, como um dos motivos para uma desconfiança dos leitores.

Desde demasiados erros factuais, ortográficos ou gramaticais até à falta de respeito pelos (nem conhecimento dos) seus leitores pelas (das) comunidades em que se inserem. Os inquiridos suspeitam que as convicções e as tendências dos jornalistas influenciam a escolha do tipo de assuntos que são objeto de tratamento jornalístico e a forma como são tratados (MESQUITA, 2003, p. 24-25).

Deste modo, o jornalismo comprometeu igualmente a sua função social de atuar enquanto elo entre a opinião pública e o Estado. No lugar da voz do povo, há o discurso governamental e empresarial. A parcialidade das notícias se tornou visível com o amplo acesso à comunicação ensejado pela internet, que permitiu ao público marginalizado disseminar a sua ordem de discurso em contraposição à cobertura jornalística.

A perda das audiências também é resultado de outros dois fatores: o empobrecimento do conteúdo e uma orientação liberal na produção noticiosa. Por um lado, uma cultura profissional centrada na cobertura objetiva dos acontecimentos implicou uma instrução dos jornalistas baseada no desenvolvimento de habilidades técnicas, com um viés anti-intelectual (NEVEU, 2005) e sem a exigência de conhecimentos específicos (MARCONDES, 2000) que reforçaram a produção de notícias fragmentadas – decorrentes do histórico foco no factual –, caracterizadas por uma ausência de um fio condutor lógico e de uma contextualização capaz de conceder sentido para os acontecimentos (MARCONDES, 1989). Isso permitiu que indivíduos com formação mais especializada e certa facilidade de comunicação ofertassem um material de qualidade superior ao oferecido pelos jornalistas.

Ao mesmo tempo, essa ineficiência também é explicada pelo enquadramento priorizado pelas empresas jornalísticas que, dependentes da maximização do público para aumentar a receita publicitária, precisam se reportar para indivíduos com pouco interesse nas questões políticas.

De uma forma geral, as organizações mediáticas têm respondido a este desafio com uma maior brevidade, com uma maior simplicidade e, quando possível, com ângulos que entretêm sobre as notícias. Quando operam no espírito destas directrizes, produzem frequentemente um misto superficial de *infotainment* (GRABER, 2003, p. 113-114).

Por isso, o jornalista explica os acontecimentos com base na ação individual, e não nas forças institucionais, históricas ou outras forças abstratas, a fim de despertar o interesse da audiência e sua identificação (ENTMAN, 1989 apud EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003). “O elemento crítico das notícias tende assim a centrar-se mais nas fraquezas pessoais dos detentores dos cargos do que nas fraquezas estruturais e

institucionais do governo” (BENNETT, 1996 apud EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003). Esse tipo de cobertura se mostrou ineficiente no seu objetivo de informar o público. Na pesquisa feita por Neuman, Just e Crigler (1992), anteriormente mencionada, identificou-se que “as pessoas aprendem tão pouco nos meios noticiosos que os Estados Unidos se transformaram numa ‘nação em risco’” (apud COLEMAN, 2003, p. 67). A fragmentação das “estórias” é mais um aspecto a contribuir para a percepção de que o jornalismo apresenta uma responsabilidade partilhada quando se trata da baixa consciência política dos americanos (BENNETT, 1996 apud EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003, p. 97). Esse conhecimento raso sobre política reverbera na participação cívica, uma vez que pesquisas empíricas sobre os efeitos da informação política concluíram que

[...] o conhecimento político encontra-se fortemente relacionado com a incidência da participação política, sendo a recíproca também verdadeira. O conhecimento político promove um crescimento proporcional da probabilidade participação no processo político, e, ao mesmo tempo, tal participação aumenta o depósito de informação das pessoas (JUNN, 1991 apud EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003, p. 95)

A partir dessa constatação, é possível inferir que o direito à informação, essencial para o funcionamento da democracia, simplesmente não é suprido com o tipo de jornalismo fornecido pelo modelo tradicional.

Por outro lado, a apatia política também é incentivada pela própria cobertura jornalística, ainda assentada na ideologia liberal que subscreve “o mito da autonomia individual e um ideal de liberdade negativa” (CHRISTIANS; FERRE; FACKLERM 1993 apud COLEMAN, 2003, p. 64), um modelo de democracia em que a participação popular exerce um papel limitado no processo de tomada de decisões, praticamente restrito às eleições (EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003). Essa visão de democracia levou as empresas jornalísticas a utilizarem uma abordagem “predominantemente individualista, impessoal e isoladora e [que], portanto, levaria a níveis mais baixos de solidariedade social e sentido de comunidade” (MCQUAIL, 2013, p. 90). Há uma busca por satisfazer as necessidades de informação do indivíduo em sua singularidade, pautada por uma compreensão de interesse público em que este corresponde a um interesse da maioria ou a uma parcela importante à qual o veículo se reporta. O resultado é o declínio da “‘esfera pública’ do debate e da política democráticos” (DAHLGREN, 1995, 2005 apud MCQUAIL, 2013, p. 95) e um baixo

índice de envolvimento cívico reforçados pelo ceticismo em relação aos poderes públicos.

Colocando-se acima dos conflitos manifestados na sociedade e na vida política [por meio da objetividade], o jornalista cultiva uma atitude de ceticismo perante o sistema representativo democrático, os partidos políticos e os próprios representantes eleitos. As teses do contra-poder [...] ajudaram a instalar nos jornalistas uma atitude anti-institucional sistemática, não no sentido de apoiante da oposição ao governo, mas na perspectiva de um negativismo permanente perante a política e os políticos (MESQUITA, 2003, p. 24).

O viés negativista e ceticismo sistêmico acentuam a sensação de impotência do indivíduo, sem força de mobilidade política em decorrência da desintegração social. Nesse contexto, “os processos fragmentados de transmissão noticiosa” sem “a dimensão de uma totalidade que os subsuma e os explique” tornam os conteúdos jornalísticos ainda mais inócuos (MARCONDES, 1989, p. 41). Ao não conseguir encontrar uma utilidade para a informação jornalística no seu cotidiano, o indivíduo, descrente, volta-se para sua vida privada (TAVARES, 2014).

Face ao exposto, explicita-se a tese de que o modelo de jornalismo desenvolvido e privilegiado pelas empresas jornalísticas tanto deixou de cumprir com as funções sociais que o legitimam quanto colaborou para forjar um contexto social e político no qual o consumo de notícias no formato proposto é progressivamente desestimulado. Uma série de teóricos (Glasser, 1991; Carey, 1987; Christians; Ferre; Fackler, 1993) apontam que o caminho para o jornalismo retomar seu propósito público e a confiabilidade dos cidadãos é através de uma mudança estrutural profunda na visão de mundo que lhe dá sustentação, com o abandono de uma orientação liberal em prol de uma filosofia comunitária. Portanto,

‘a adoção de uma ética comunitária é essencial se o jornalismo pretende redirecionar a sua missão para a transformação do público [...]. [E] Isto representa um importante afastamento da filosofia libertária tradicional’ (CHRISTIANS; FERRE; FACKLE, 1993 apud COLEMAN, 2003, p. 69).

Esta perspectiva resgata, assim, as concepções de jornalismo elaboradas por John Dewey, Robert Park e Edward Ross e as proposições da Teoria da Responsabilidade Social da Imprensa.

A argumentação teórica apresentada indica que o consumo da cobertura noticiosa apresenta um impacto na forma como o indivíduo vivencia a comunidade e o quanto atua ou não sobre ela. Em outros termos, o jornalismo tem o poder de estimular

determinados comportamentos sociais. Essa constatação é importante, pois nos leva a compreender que o jornalismo, através da função de vigilante fornecedor de informação, age como uma ferramenta de transformação social, com resultados positivos ou negativos, a depender de sua orientação.

O jornalismo de soluções se propõe a cumprir exatamente a mesma função social do jornalismo tradicional: um vigilante que fornece informação relevante para os cidadãos. A abordagem distinta escolhida para fazê-lo, no entanto, estimula um tipo de comportamento específico, usando a aptidão de ferramenta de transformação social jornalística em prol da promoção do bem-estar da comunidade. Neste sentido, ainda que incapaz de satisfazer a todas as demandas concernentes ao papel social do jornalismo que lhe possibilitem superar o momento de indefinição crítica atual do setor, o jornalismo de soluções se mostra um caminho possível para responder a alguns dos desafios que os jornalistas precisam superar.

CAPÍTULO 2 – JORNALISMO DE SOLUÇÕES: TENTATIVA DE UM ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Adotou-se, ao longo deste trabalho, um viés histórico a fim de explicar a partir de uma narrativa contextual a crise jornalística. Este capítulo, por questões de coerência metodológica, mantém a mesma orientação. Ainda que nosso objetivo maior seja explicitar as características do jornalismo de soluções a fim de fundamentar que constitui uma alternativa para responder a determinados aspectos do momento crítico do jornalismo, situá-lo dentro de uma perspectiva histórica também nos permite, tal qual no caso da crise jornalística, compreender de forma mais profunda sua emergência e formato. Deste modo, no presente capítulo, começaremos por introduzir a corrente comunitarista e sua relação com o jornalismo cívico, movimento disruptivo que precede o jornalismo de soluções. Por constituírem abordagens periféricas, surgidas recentemente para responder a crise jornalística, o jornalismo de soluções e o jornalismo cívico por vezes são confundidos por profissionais do campo como o mesmo movimento. Por isso, após apresentarmos definições de jornalismo de soluções, verificaremos se a hipótese de enquadrar o jornalismo de soluções enquanto uma vertente do jornalismo cívico é plausível. Além disso, ainda averiguaremos se o jornalismo de soluções e o jornalismo construtivo, ainda mais próximos entre si, podem ser percebidos como formatos equivalentes, para, depois, desenvolver uma argumentação que nos permita sustentar se e como o jornalismo de soluções é um caminho possível.

2.1. O comunitarismo

O comunitarismo é uma corrente teórica de cunho político, moral e social, que surge no final do século XX, para se contrapor ao domínio da teoria liberal burguesa – e as suas consequências na sociedade, citadas no capítulo anterior – face à deterioração da ideologia marxista.

A crítica feita pelo comunitarismo ao individualismo das teorias liberais tem como pano de fundo a complexa relação entre direitos individuais e soberania popular. Esta relação gira em torno de uma pergunta: o que deve ser priorizado dentro de uma democracia? Os direitos individuais ou a soberania popular? (TAVARES, 2004, p. 37).

Para as teorias liberais, a resposta é o indivíduo. A realização da primazia da liberdade individual em relação à comunidade exige um Estado neutro cuja limitação é

estabelecida pela existência das liberdades individuais, invioláveis. Deste modo, “[...] a autonomia privada tem supremacia sobre a autonomia pública, uma vez que a soberania popular não pode violar direitos fundamentais, ou seja, o debate público é limitado pelas liberdades individuais” (TAVARES, 2014, p. 33). Neste caso, o papel primordial do Estado é assegurar a realização das liberdades negativas.

O comunitarismo, por sua vez, prioriza a soberania popular e a deliberação pública em relação aos direitos individuais. Para essa corrente, inexistente o “indivíduo abstrato, autônomo e racional do liberalismo, isolado de quaisquer raízes históricas ou influências socioculturais” (TAVARES, 2014, p. 34). Pelo contrário, o indivíduo deve ser compreendido como “um membro inserido em uma determinada comunidade, influenciado [...] pelas raízes históricas e valores culturais desta comunidade.” (TAVARES, 2014, p. 34). Há uma valorização “da comunidade e do espaço público, do particularismo histórico e da responsabilidade social” (TAVARES, 2014, p. 35).

Apenas por meio de uma vigorosa discussão pública será possível a convivência pacífica entre as diversas formas de identidades sociais e culturais. Neste modelo comunitário, a ênfase é dada nos direitos de participação política do cidadão, ou simplesmente direitos políticos (TAVARES, 2014, p. 37)

Para viabilizar esta teoria, o Estado precisa ser mais ativo e robusto do que o previsto pela teoria liberal, pois também “deve ser responsável por promover uma existência digna e uma boa vida a todos os indivíduos” (WALZER; 1998; TAYLER, 1993 apud PAIVA, 2012) e, assim, realizar os direitos positivos, “que permitem a participação política do cidadão, que garantem a capacidade de autodeterminação daquela comunidade” (TAVARES, 2014, p. 40). Concomitantemente, cresce a responsabilidade da comunidade que, junto ao Estado, deve realizar estes valores (2014, p. 39).

Os comunitaristas entendem que a preponderância do indivíduo sob a comunidade “está diretamente relacionada com o processo de fragmentação da sociedade, em que a perda da identidade cultural de seus integrantes acarreta uma espécie de solidão coletiva” (TAVARES, 2014, p. 37) e uma apatia política.

Para os comunitaristas, esta ideia de fragmentação, de ruptura social, este desprezo do cidadão pelos valores comunitários é o resultado mais visível da exacerbação das liberdades individuais, da priorização dos direitos individuais frente à soberania popular. É justamente para transformar esta sociedade centrada no indivíduo que o comunitarismo irá contrapor a importância dos valores da comunidade (TAVARES, 2014, p. 37-38).

O objetivo da teoria comunitarista é construir a verdadeira cidadania ao estimular a participação política crescente do cidadão, “por meio da valorização do espaço público, local adequado para a prática da cidadania, única maneira concreta de o indivíduo exercer sua liberdade” (TAVARES, 2014, p. 38), de modo a corrigir a fragmentação e a apatia política resultantes da ideologia burguesa.

O comunitarismo surge enquanto pensamento que se propõe, se não alterar, pelo menos corrigir e compensar o desenraizamento provocado pelas sociedades contemporâneas. [...]. Propõem-se tão-só diminuir o respectivo efeito desagregador, através do ‘reforço das capacidades associativas internas’ (MESQUITA, 2003, p. 23)

O fortalecimento da noção de comunidade como forma de realização do indivíduo, base fundamental da teoria comunitarista, está associado, ainda que não se possa determinar uma influência, às concepções de democracia e de liberdade elaboradas por John Dewey no início do século 20.

Do ponto de vista do jornalismo, enquanto a ideologia comunitarista ganhou novo fôlego, os primeiros jornalistas começaram a detectar uma apatia política, o declínio da função social diante da preponderância do lucro e a perda crescente de leitores, efeito de um afastamento do jornalismo do público e das comunidades. Esses jornalistas conceberam o movimento do jornalismo cívico, criado entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, nos Estados Unidos, para, assim como os comunitaristas, fazer frente às consequências da ideologia liberal.

2.2 O jornalismo cívico

Os primeiros sinais da aguda crise vivenciada hoje pelo setor jornalístico foram percebidos no final dos anos 1980, início dos anos 1990, nos Estados Unidos.

Uma onda de desconfiança atingiu os meios de comunicação norte-americanos. Os primeiros reflexos detectados foram a queda na leitura de jornais e o baixo índice de confiabilidade nos veículos informativos. Depois, pesquisas apontaram para um descrédito crescente da população americana em relação ao que a mídia veiculava e à forma como ela transmitia as notícias para sua audiência. O público já não identificava nos meios de comunicação a função de servir à sociedade ou de reportar notícias de interesse coletivo (BARROS, 2009, p. 7).

Neste momento, alguns jornalistas, atentos às consequências de uma orientação liberal burguesa na produção de notícias e aos efeitos de uma empresa jornalística voltada para o lucro, conduziram renovações nas práticas profissionais baseadas em uma ideologia comunitária, revigorada no cenário cultural e intelectual pela corrente

comunitarista. Esses jornalistas estavam preocupados com a atitude cética em relação à política – e a conseqüente crise de credibilidade e a diminuição do número de assinantes –, com o afastamento entre jornalistas e cidadãos, com o aumento da indiferença destes à vida pública e com a interferência do aspecto econômico no sentido público da atividade. Aglutinados, compuseram um movimento em 1998 (TRAQUINA, 2003; MESQUITA; 2003).

[...] [jornalistas] notavam a dicotomia motivada pelo facto de notícias públicas estarem a ser tratadas por uma indústria dedicada ao lucro privado. Todas estas preocupações levaram ao desejo por parte de alguns jornalistas de experimentar e de desafiar alguns dos principais princípios do jornalismo moderno (EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003, p. 88).

Essa experimentação tinha uma direção: os cidadãos. Assim, os jornalistas decidiram se distanciar do jornalismo predominante para se aproximarem das comunidades em que atuavam. Esse “novo jornalismo” é conhecido por diferentes nomenclaturas: “‘jornalismo comunitário’ (Craig, 1995), ‘jornalismo de serviço público’ (Shepard, 1994), ‘jornalismo público’ (Rosen, 1994; Merrit, 1995) e ‘jornalismo cívico’ (Lambeth e Craig, 1995)” (TRAQUINA, 2003, p. 9). Conquanto a variedade de denominações possíveis, o caráter principal do movimento é consensual:

A noção de jornalismo público, o de jornalismo cívico [...] representa uma tentativa de ligar os jornalistas às comunidades no interior das quais operam, colocando a distribuição dos cidadãos no centro das preocupações jornalísticas (EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003, p. 85).

Para reestabelecerem uma relação de proximidade com as comunidades, os jornalistas passaram a utilizar as preocupações dos cidadãos como um referencial a orientar o seu trabalho (EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003).

O jornalismo cívico defendido por Davis Merritt, um dos pais fundadores do movimento, é baseado em quatro diretrizes fundamentais:

1) ir para além da missão de dar as notícias para uma missão mais ampla de ajudar a melhorar a vida pública; 2) deixar para trás a noção do ‘observador desprendido’ e assumir o papel de ‘participante justo’; 3) preocupar-se menos com as separações adequadas e mais com as ligações adequadas; 4) conceber o público não como consumidores mas como actores na vida democrática, tornando assim prioritário para o jornalismo estabelecer ligações com os cidadãos (TRAQUINA, 2003, p. 13).

Resultaram dessas diretrizes diferentes práticas de jornalismo cívico. Tais como:

o estabelecimento de uma ‘agenda dos cidadãos’, visando confrontar os políticos com problemas sentidos pela comunidade, os inquéritos ou reportagens aprofundados em bairros periféricos ou degradados e, de uma

forma geral, a defesa de ‘causas’ tidas por consensuais no espaço regional ou comunitário (MESQUITA, 2003, p. 20).

O encaminhamento de respostas às dificuldades da comunidade também compõe uma aplicação comum desses mesmos preceitos.

[há] o propósito de encorajar e acelerar a tomada de decisões no plano regional, de forma a que o jornalismo possa ajudar a comunidade, não só a equacionar, mas também a descobrir os caminhos para a resolução dos seus principais problemas (MESQUITA, 2003, p. 20).

A primeira experiência dessa nova abordagem, realizada pelo jornal *Columbus Ledger Enquirer* em 1988, no Estado da Geórgia, nos Estados Unidos, apresentou, inclusive, um foco em soluções: “o jornal encomendou uma sondagem para identificar os problemas que preocupavam a comunidade” e organizou encontros comunitários com o objetivo de auxiliar a encontrar soluções para os problemas (TRAQUINA, 2003, p. 10). Um projeto semelhante, “*People Project. Solving Ourselves*”, desenvolvido por Merritt, foi lançado pelo jornal *Wichita Eagle*, em consórcio com outras empresas jornalísticas em 1992. “Neste exemplo de jornalismo cívico, tentou-se fazer participar os cidadãos na resolução de problemas” (TRAQUINA, 2003, p. 11). Ao jornal, coube promover debates acerca deles, a fim de identificar os valores fundamentais das posições em conflito. “As empresas jornalísticas também promoveram a realização de uma série de ‘intercâmbio de ideias’ onde os cidadãos interessados podiam estabelecer contatos e conhecer representantes de diversos grupos” (TRAQUINA, 2003, p. 11).

Deste modo, constitui um objetivo do jornalismo cívico reconectar os jornalistas com as comunidades em que atuam, “de forma a envolverem os seus cidadãos em diálogos que levem à resolução de problemas” (FOUHY, 1996 apud EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003) através do fomento a debates e da veiculação de informações. Para que a deliberação entre os cidadãos seja calcada em um conhecimento das causas, “a natureza fragmentária das práticas tradicionais” foi substituída por “uma nova atitude baseada numa maior atenção concedida a cada tema. Em vez de saltar de acontecimento em acontecimento” as matérias relevantes eram aprofundadas “de modo a focar nelas a atenção da comunidade” (MESQUITA, 2003, p. 19). Com esse reposicionamento, o jornalismo cívico produz e dissemina notícias que, ao mesmo tempo em que incentivam uma atitude cívica ativa, também habilitam os cidadãos a participarem do encaminhamento das decisões.

A aproximação do público significou um deslocamento importante em relação ao jornalismo tradicional, pois exigiu que os jornalistas abandonassem a objetividade e a equidade e adotassem uma postura de defesa de reformas políticas e sociais (CASE, 1994 apud EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003). Para o jornalismo cívico, trata-se de “uma nova perspectiva – a perspectiva do ‘participante justo’ (*fair-minded participants*) – com a utilização de um novo conjunto de instrumentos de trabalho” (TRAQUINA, 2003, p. 13-14) a fim de encorajar a participação dos cidadãos na vida pública.

Em termos históricos, o jornalismo cívico tem as suas raízes no início do século 20, nas ideias de John Dewey, bem como na Teoria da Responsabilidade Social da Imprensa (COLEMAN, 2003). Centrado no cumprimento das funções sociais a partir de uma ideologia comunitária, o jornalismo cívico adquiriu os contornos previstos pelos teóricos progressistas: fornece uma informação que educa o cidadão, incentivando-o e o tornando apto a participar da vida pública. Nesse processo, além de fortalecer o sentido de comunidade, estimular uma intensa esfera pública e promover uma melhora da sociedade, também retira o ‘público do eclipse’ de Dewey, ao conceder-lhe voz ativa na condução da política. Nesse sentido, a transição do jornalismo tradicional para o jornalismo cívico implica um deslocamento na base ideológica que subjaz à produção jornalística. Para a teoria comunitária, a liberdade é o resultado de um equilíbrio entre a autonomia pública e a autonomia privada e pressupõe o dever do Estado de assegurar uma boa condição de vida. O conceito de democracia comunitário, por sua vez, exige uma participação ativa do cidadão no processo político. A produção de notícias, alicerçada na teoria comunitária, conduz ao reavivar da vida pública, do poder do povo e, conseqüentemente, da importância da informação voltada para a formação política.

Dito de outro modo: a adoção de outra orientação teórica, comunitária, centrada nos indivíduos enquanto cidadãos, resultou em um jornalismo que satisfaz as três funções sociais que legitimam a atividade: 1) informar; 2) ser o elo entre as diferentes vozes da sociedade e o Estado; 3) vigiar os poderes políticos. Ao fazê-lo, retomou o sentido de comunidade, a participação cívica e também o valor e o sentido do jornalismo.

Apesar de serem os primeiros, os jornalistas ligados ao movimento cívico não foram os únicos a procurar alternativas para responder à crise do jornalismo. No início

do século 21, mesmo sem adotar conscientemente a mesma fundamentação teórica, surge uma perspectiva que articula igualmente o engajamento cívico e o fortalecimento do senso de comunidade a partir de uma concepção de notícia como conhecimento, responsável por permitir aos cidadãos o gerenciamento dos problemas sociais por meio de uma participação política ativa: o jornalismo de soluções. Enquanto os jornalistas cívicos atribuíam a crise à preponderância do lucro e à ideologia liberal, os defensores do jornalismo de soluções ancoravam em uma cobertura parcial, resultado do enviesamento pessimista da cultura jornalística, o momento crítico do jornalismo. Apesar dessas diferenças, ambas iniciativas escolheram a mesma direção para responder às dificuldades: um jornalismo feito para o cidadão, voltado para o cumprimento de suas funções sociais.

2.1 Jornalismo de Soluções: do que estamos falando?

Incentivados pela crise, alguns jornalistas desenvolveram outras propostas para responder à apatia política, à queda na credibilidade jornalística e à perda crescente de assinantes. David Bornstein⁸ e Tina Rosenberg⁹, repórteres veteranos do *New York Times* responsáveis pela coluna *Fixes*, centrada em fazer reportagens sobre soluções para problemas sociais e por que eles funcionam¹⁰, identificaram no enviesamento pessimista uma causa fundamental para as dificuldades enfrentadas pelo setor: ao voltarem seus esforços apenas para os problemas, os jornalistas estavam produzindo uma percepção distorcida da realidade e, assim, fomentando uma sensação de impotência e de descrença nos cidadãos que os desestimulava a consumir as notícias. Concluíram que a qualidade do jornalismo estava comprometida pela cultura do negativismo, de que “se sangra, é notícia”. Para Bornstein e Rosenberg, enquanto espelho da realidade, o jornalismo estava refletindo apenas a parte mais horrenda da sociedade. A opção que encamparam trata de utilizar uma abordagem mais precisa em relação à realidade: um jornalismo focado na cobertura de soluções encontradas para os problemas sociais.

Conquanto experimente uma progressiva expansão, não há um conceito específico e amplamente estabelecido para designar o jornalismo de soluções. Essa

⁸ Texto na coluna de Bornstein Fixes: <https://opinionator.blogs.nytimes.com/2011/12/20/why-solutions-journalism-matters-too/>

⁹ Em entrevista concedida ao canal <http://whiskeypolitics.net/tag/tina-rosenberg/>

¹⁰ <https://www.nytimes.com/column/fixes>

carência é consequência de pesquisas pragmáticas centradas exclusivamente na identificação dos efeitos das reportagens, sem a devida atenção às contribuições que uma reflexão puramente teórica pode fornecer no desenvolvimento dessa abordagem. Apesar dessa lacuna, trata-se de um consenso de que as reportagens produzidas sob esta orientação “olham para os esforços feitos para resolver os principais problemas sociais” (BORNSTEIN, 2007). No relatório “*The Power of Solutions Journalism*”, produzido em 2014, na Universidade do Texas, e financiado pelo *Engaging News Project*, Alexander Curry, em coautoria com Keith Hammonds, definiu o jornalismo de soluções como “reportagens críticas que investigam e explicam soluções credíveis para problemas sociais¹¹” (CURRY; HAMMONDS, 2014, p. 5) e destacou que, quando bem feitas, “essas histórias podem prover *insights* valiosos sobre como as comunidades podem lidar melhor com problemas importantes. Assim sendo, o jornalismo de soluções pode ser tanto altamente informativo quanto engajador.¹²” (CURRY; HAMMONDS, 2014, p. 5). No mesmo relatório, Curry e Hammonds identificam 10 componentes que esse estilo de reportagens busca promover:

- a) explicar as causas de um problema social;
- b) apresentar uma resposta associada ao problema;
- c) fazer referência à solução do problema e detalhes de como executá-la;
- d) usar o processo de solução como peça central dentro da narrativa;
- e) apresentar evidência dos resultados ligados à solução;
- f) explicar as limitações da solução;
- g) conter um *insight* ou uma lição ensinável;

¹¹Original em inglês: “*Solutions journalism is critical reporting that investigates and explains credible responses to social problems.*”

¹²Original em inglês: “*When done well, the stories can provide valuable insights about how communities may better tackle important problems. As such, solutions journalism can be both highly informing and engaging.*”

- h) evitar uma leitura *puff piece*¹³;
- i) ser elaborado com base em fontes de elevado grau de *expertise*;
- j) priorizar atenção à solução e não a um líder, alguém inovador, ou um “herói”.

Os autores explicam que um bom exemplo de reportagem de jornalismo de soluções apresenta muitos, embora não necessariamente todos, esses elementos. De acordo com Shannon e Stroud (2016), pesquisadores do jornalismo de soluções, este orienta suas reportagens para localizar soluções para problemas sociais e não apenas para o próprio problema. Além disso, investiga como pessoas, instituições e comunidades estão trabalhando para solucionar o problema, identificando se e por que essas soluções funcionam.

Uma concepção mais clara do jornalismo de soluções também pode ser elaborada a partir dos fundamentos para sua criação: uma disrupção do produto jornalístico em relação ao pessimismo, a fim de oferecer uma visão de mundo mais compreensiva e representativa, estimulando um debate público mais elevado e uma maior participação cívica. O objetivo ao adotar esse enquadramento é promover a circulação de um conhecimento com o qual as pessoas e as comunidades possam aprender e que as ajude corrigir os problemas da sociedade. Quando bem executado, o jornalismo de soluções consegue engajar mais as pessoas, tanto por gerar uma sensação de eficácia ao seu redor, quanto por demonstrar ao indivíduo sua capacidade de, junto com os demais cidadãos, promover modificações na sua comunidade.

Detectar as causas dos problemas, as soluções e fornecer um relato acurado da realidade exige uma reaproximação entre os jornalistas e o público. Segundo Tina Rosenberg¹⁴, ativista na disseminação da prática do jornalismo de soluções, a objetividade do jornalista e o distanciamento entre este e o público provocam uma distorção na cobertura noticiosa com o reforço de estereótipos, uma vez que os jornalistas entram em contato com as comunidades apenas na hora de produzir as

¹³De acordo com o Oxford Dictionary, *puff piece* são “artigos ou histórias midiáticas excessivamente elogiosas sobre uma pessoa, produto, evento, etc”. Original em inglês: “An article or story in the media that is excessively complimentary about a person, product, event, etc”.

¹⁴ Idem 9

reportagens. Neste sentido, estabelecer uma ligação com a comunidade torna-se um fator imprescindível.

Para Rosenberg (2017)¹⁵, o jornalismo ainda atua na vigilância dos poderes instituídos ao verificar quem está encaminhando a melhor solução para os problemas.

[...] é um caminho para afastar as desculpas das pessoas que estão fazendo um trabalho ruim, através da exposição de que alguém está fazendo um trabalho melhor para resolver o problema. Está-se mostrando aos leitores que o progresso é possível. Se você pode mostrar que o vizinho de porta está fazendo um trabalho melhor, um problema considerado inevitável passa a ser inaceitável.¹⁶

Deste modo, o jornalismo de soluções também aumenta a responsividade, pois ao expor soluções com melhores resultados, estabelece níveis mais elevados de referência para os cidadãos em relação a instituições e governo, e torna as desculpas para a baixa performance ilegítimas, aumentando a prestação de contas desses órgãos e autoridades. De acordo com Bornstein¹⁷, as reportagens do tipo jornalismo de soluções explicitam qual deveria ser o alvo, qual poderia ser o nível de sucesso, e por isso elas aumentam a pressão em autoridades oficiais ou pessoas administrando instituições, para fazer melhor.

Assim, o jornalismo de soluções defende que embora revelar problemas seja de fato crucial, não é a única maneira de os jornalistas produzirem impactos na sociedade e garantir a responsividade governamental, uma vez que apresentar como as pessoas e instituições estão resolvendo os problemas também interfere positivamente ao estimular o leitor, ao mudar o debate público e ao alterar as políticas governamentais.

Os jornalistas envolvidos na disseminação desse tipo de cobertura frisam que nem todas as reportagens que abordam respostas para problemas sociais estão fazendo jornalismo de soluções. Dentre as notícias que aparentam ser jornalismo de soluções estão reportagens¹⁸ que cogitam soluções que ainda não existem; que apontam soluções sem que elas tenham sido consideradas como uma séria possibilidade ao longo da

¹⁵<https://www.youtube.com/watch?v=519Z0dfdE8U>

¹⁶Original em inglês: “Solutions journalism is a way to take away the excuses of people who are doing a bad job by showing that someone is doing a better job against a problem. You’re showing readers that progress is possible iff you can show that our next door neighbor is doing a better job. Then a problem goes from being inevitable to being unacceptable.”

¹⁷Definição original em inglês: https://www.youtube.com/watch?v=y1mlLR9_As

¹⁸<https://vimeo.com/97438463>

reportagem - nesses casos, normalmente, a solução é usada como recurso de encerramento; notícias sobre pessoas que estão fazendo bem para o mundo, mas que não abarcam problemas estruturais que o jornalismo de soluções quer resolver. Por fim, os jornalistas de soluções não militam em prol de uma solução específica.

Tina Rosenberg¹⁹ ressalta que a análise de dados sobre efetividade da solução é utilizada para decidir, dentre as opções possíveis, qual será privilegiada. De acordo com a jornalista, a existência de dados consistentes produz *insights* mais tangíveis para que o leitor entenda como a solução pode ser replicada. Deve-se ainda salientar as limitações da solução apresentada, já que o objetivo não é simplesmente inspirar os leitores. Tina sublinha que o jornalismo de soluções não deve construir narrativas heroicas sobre as pessoas e suas boas intenções, secundárias dentro dessa abordagem. O jornalismo de soluções não está calcado no desejo de espalhar boas notícias, mas é entendido simplesmente como uma forma de fazer um jornalismo de qualidade, ao oferecer uma cobertura mais precisa e completa da realidade. Por isso, em alguns casos, é possível realizar reportagens sobre soluções que não deram certo, desde que contribuam com informações relevantes para o debate público.

Importante salientar que os entusiastas do jornalismo de soluções não acreditam que este deva constituir o único tipo de cobertura jornalística. Para identificar qual a abordagem adequada para utilizar, é preciso questionar o que está ausente na conversa pública: em casos em que os cidadãos não estão conscientes sobre o problema ou não se sentem suficientemente ultrajados por ele, o formato jornalístico tradicional de exposição pode ser a melhor opção. Por outro lado, se há uma inclinação pública para saber como resolver o problema, o jornalismo de soluções é a escolha mais razoável.

Conforme mencionado anteriormente, o jornalismo de soluções não foi estruturado a partir de uma base teórica. Todavia, as ideias que subjazem a essa orientação, bem como suas consequências e objetivos, implicam em um conceito de democracia e de liberdade comunitários. Ao estimular a participação política dos cidadãos na resolução de problemas sociais, o jornalismo de soluções emprega um entendimento da democracia que se estende para além do voto nas eleições ou plebiscitos. Ao mesmo tempo, desloca seu foco do indivíduo para a comunidade, em que interesse público e interesse comunitário se equivalem. O indivíduo deixa de ser

¹⁹ Idem 9

percebido de forma atomizada, desintegrado da comunidade, para ser visto como parte de um corpo social maior, ao qual o jornalismo se volta. Nesse sentido, a informação não pretende exclusivamente garantir ao cidadão o exercício de sua autonomia individual, mas assegurar que tenha conhecimentos suficientes para atuar dentro da sua comunidade. A constituição da comunidade como um ponto de referência para a atuação profissional é marca a possibilitar entender o jornalismo de soluções como um jornalismo de inspiração comunitária.

Ao mesmo tempo, o jornalismo de soluções pode ser considerado o resultado prático de uma articulação teórica entre as concepções de jornalismo dos teóricos progressistas, notadamente Dewey, Park e Ross. Ao abandonar o conceito de notícia como informação e pensá-la como conhecimento para promover a participação política, o jornalismo de soluções está retomando a ideia de Dewey de que o jornalismo deveria ser utilizado como um método de educação continuada a incentivar as pessoas a participarem da vida pública. O jornalismo de soluções também parte do pressuposto de que o jornalismo influencia na opinião pública e na atitude dos cidadãos, gera impressões da sociedade e é, de fato, a resposta a um jornalismo que estava gerando impressões distorcidas, no que remonta a Ross. Por fim, partilha com Park a noção de que o jornalismo tem influência sobre a opinião pública ao poder criar um desejo coletivo e um poder político que mobilizam a sociedade e, em decorrência, finalizam discussões.

A explanação argumentativa, a ser realizada posteriormente, de que o jornalismo de soluções é um caminho possível para responder a determinados aspectos da crise jornalística, se assenta nessa característica comunitária. A informação relevante que o jornalismo de soluções transmite tem consequências: retira o indivíduo da apatia política; reforça, ou, melhor, revive o sentido de comunidade; e enseja transformações em prol do bem-estar social. O jornalismo de soluções não apenas possibilita o cumprimento das funções sociais que legitimam a atividade, como também retoma valor do jornalismo, ao ser útil para os cidadãos.

A ausência de um conceito consolidado de jornalismo de soluções não parece oferecer dificuldades à sua compreensão. Entretanto, é um empecilho quando se pretende diferenciá-lo do jornalismo construtivo, criado com o objetivo de responder aos mesmos problemas, e do jornalismo cívico, do qual às vezes é percebido como uma

ramificação, dadas suas similaridades. Haja vista a confusão que os temas de fato propiciam, primeiro verificaremos a hipótese do jornalismo de soluções ser enquadrado como uma vertente do jornalismo cívico para, depois, distingui-lo do jornalismo construtivo.

2.1.1 Jornalismo Cívico e Jornalismo de Soluções

A inspiração comunitária do jornalismo de soluções explica sua proximidade com o jornalismo cívico. Orientados por um ideal comum, adotam abordagens similares. Ambos têm em vista fornecer uma informação que possa ser utilizada como forma de conhecimento para um debate público fundamentado. Ambos estimulam uma participação ativa do cidadão na condução da vida política e comunitária, fortalecendo o sentido de integração. Ambos centram sua atuação no indivíduo e no cumprimento das funções sociais. Com objetivos e consequências partilhados, a distinção é realizada com base nos limites aceitos por uma e outra cobertura. Nesse sentido, não há dúvidas, o jornalismo cívico é mais abrangente por não apresentar características tão específicas tal qual o jornalismo de soluções. Entretanto, uma cobertura promovida dentro do escopo do jornalismo cívico poderia resultar no mesmo estilo de reportagem que o jornalismo de soluções busca promover e vice-versa, sendo possível enquadrar, por questões cronológicas, o jornalismo de soluções dentro do escopo do jornalismo cívico.

2.1.1 Jornalismo de Soluções *versus* Jornalismo Construtivo²⁰

Apesar de as definições e explicações acima expostas auxiliarem na identificação de reportagens orientadas pelas ideias propostas pelo jornalismo de soluções, a inexistência de um conceito consolidado faz com que uma diferenciação entre o jornalismo de soluções e o jornalismo construtivo seja difícil e imprecisa.

O jornalismo construtivo é inspirado pelas mesmas causas que o jornalismo de soluções: a percepção de que o viés pessimista da cultura jornalística, baseado na cobertura extensiva apenas dos problemas e em um ceticismo, estava conduzindo tanto à descrença generalizada e baixo nível de participação cívica quanto a uma compreensão distorcida da realidade e, conseqüentemente, afastando os leitores das notícias e de um envolvimento com o sistema democrático. A resposta encontrada para

²⁰ Original em inglês: *Constructive Journalism*.

esses problemas também é semelhante à do jornalismo de soluções: fazer reportagens cujo enfoque recaia sobre os desenvolvimentos positivos acontecendo no mundo.

Um dos principais nomes dentro do jornalismo construtivo, Séan Dagan Wood, fundador do *Constructive Journalism Project*²¹ e editor do *Positive News*²², primeiro informativo do mundo dedicado a reportagens sobre fatos positivos, declara²³ que o *Positive News* tem por objetivo equilibrar a assustadora negatividade do jornalismo que afasta as pessoas, através da publicação de notícias positivas, a partir de uma perspectiva focada na solução para os problemas enfrentados pela sociedade. A explicação fornecida é evidentemente próxima do jornalismo de soluções. O conceito de jornalismo construtivo que consta no site do *Constructive Journalism Project* o define como “reportagens atraentes e rigorosas que incluem elementos positivos e orientados para soluções a fim de empoderar as audiências e apresentar uma imagem completa da verdade, enquanto mantém as principais funções e a ética jornalísticas^{24,25}. Entretanto, ao analisarmos as principais características do jornalismo construtivo, que também estão identificadas no site do Projeto²⁶, percebemos como esse tipo de jornalismo está fundamentado em uma abordagem mais ampla. As características do jornalismo construtivo incluem:

- a) formato de notícias positivas e focado em solução dentro das reportagens convencionais;
- b) fundamentado por uma compreensão sobre como as notícias impactam a cultura e o comportamento;
- c) aplica entendimentos da psicologia positiva, para engajar e empoderar a audiência;

²¹<https://www.constructivejournalism.org/>

²²<https://www.positive.news/>

²³<https://www.youtube.com/watch?v=zPy0xnymGR0>

²⁴Original em inglês: “We define constructive journalism as rigorous, compelling reporting that includes positive and solution-focused elements in order to empower audiences and present a fuller picture of truth, while upholding journalism’s core functions and ethics.”

²⁵<https://www.constructivejournalism.org/about/>

²⁶ Idem 11

- d) foca-se em um modelo de bem-estar do mundo em vez de um modelo de doença – por exemplo, percebendo as pessoas enquanto seres poderosos e não apenas vítimas;
- e) utiliza uma abordagem de solução de problemas, na qual o próprio jornalismo ativamente resolve problemas que preocupam sua audiência;
- f) além de considerar o que é importante e relevante, considera a perspectiva e a interpretação concedida às histórias;
- g) é um jornalismo que se importa;
- h) é crítico, mas com uma mentalidade construtiva em vez de negativa;
- i) é independente
- j) apresenta elevado valor social
- k) oferece um papel mais significativo ao jornalista
- l) elucida como não apenas aqueles no poder estão causando/podem causar um impacto
- m) alimenta conversações mais profundas, colaboração e a construção de consenso
- n) mostra que mudar é possível e sublinha oportunidades de resposta

Em entrevista a Mallery Jean Tenore, Diretora Executiva do *Imagens & Voices of Hope (IVO)*²⁷, a jornalista Cathrine Gyldensted, pesquisadora e diretora do curso de jornalismo construtivo em Windesheim, nos Países Baixos, esclarece que, em certos casos, jornalismo construtivo e jornalismo de soluções são utilizados como sinônimos e admite que ainda há a necessidade de uma definição acadêmica mais rigorosa para o jornalismo construtivo.

A tênue diferença entre ambos parece residir menos no enquadramento e mais na fundamentação utilizada para adotá-lo. O jornalismo construtivo é alicerçado na aplicação de conhecimentos sobre psicologia positiva que estimulam propositalmente o

²⁷ <http://ivoh.org/constructive-journalism/>

engajamento e o empoderamento nos leitores ao passo que, no jornalismo de soluções, esses estímulos são uma consequência usada posteriormente para comprovar a sua validade, sendo o objetivo principal entregar um jornalismo de qualidade a partir de reportagens mais fidedignas à realidade. No jornalismo construtivo, portanto, há uma clara intenção de produzir notícias positivas devido aos efeitos que provocam, enquanto que para o jornalismo de soluções, “a solução não é produzir notícias mais positivas, mas criar mais conhecimento, para verdadeiramente entender como o mundo funciona, quais forças estão trabalhando para tentar solucionar os problemas [...]” (BORNSTEIN apud SILLESEN, 2014²⁸).

²⁸http://archives.cjr.org/behind_the_news/good_news_is_good_business_but.php

CAPÍTULO 3 – O JORNALISMO DE SOLUÇÕES COMO UM CAMINHO POSSÍVEL

Após realizar um enquadramento teórico do jornalismo de soluções, cuja inexistência constitui uma dificuldade a ser transposta em pesquisas que não se restringem a análises empíricas, iremos apresentar o *Solutions Journalism Network*, principal organização responsável por desenvolver e disseminar a prática do jornalismo de soluções. Para fins elucidativos, apresentaremos depois dois exemplos de projetos de jornalismo de soluções. Por fim, avaliaremos, alicerçados no enquadramento teórico do jornalismo de soluções e nas pesquisas empíricas existentes, em que medida essa categoria pode responder a crise jornalística.

3.1 *Solutions Journalism Network*

O *Solutions Journalism Network*²⁹ é uma organização sem fins lucrativos fundada em 2012 pelos jornalistas David Bornstein, Tina Rosenberg e Courtney Martin, cuja missão é legitimar e disseminar a prática do jornalismo de soluções: reportagens rigorosas e interessantes sobre respostas para problemas sociais. Essa³⁰ organização é responsável por estabelecer o jornalismo de soluções como uma nova categoria jornalística e defende que a adoção dessa mudança no jornalismo permitirá à sociedade se adaptar aos desafios do século 21, ao fornecer um sistema de *feedback* em que a sociedade vislumbra possibilidades credíveis para responder com maior sucesso a desafios emergentes.

De acordo com a organização, o viés negativo das notícias centradas na exposição dos problemas sociais tem sérias consequências para a sociedade: reduz a sensação de eficácia do cidadão que, desamparado, se desvencilha tanto das notícias quanto da vida política. Além disso, argumenta que, com o tempo, o ceticismo e o pessimismo do jornalismo predominante resultaram numa visão distorcida da realidade marcada por um aumento no medo na sociedade, uma redução da confiança e uma perpetua narrativa de declínio. Assim, em vez de atuar para o auxílio do progresso na sociedade, o jornalismo está impedindo uma inovação social, por omitir esforços credíveis para resolver os problemas sociais, reduzindo as chances de essas iniciativas

²⁹ <https://www.solutionsjournalism.org/>

³⁰ As informações desta apresentação constam no plano trienal da organização: https://s3.amazonaws.com/sjn-static/SJN_3_year_plan.pdf

serem encampadas por políticos ou patrocinadores, ou, ainda, serem fonte de inspiração para cidadãos em uma ação corretiva.

O jornalismo de soluções, por sua vez, atuaria no sentido oposto: um fortalecimento da sociedade por meio do aumento da circulação do conhecimento necessário para os cidadãos se engajarem com os problemas de suas comunidades. Ao cobrir não apenas os problemas, mas as respostas para solucioná-los – com cuidado, esperteza, criatividade e originalidade em vez de indiferença e incompetência –, jornalistas oferecem uma visão mais fiel do mundo e um senso de possibilidade mais preciso. Eles expandem o espaço para atuação nos resultados na sociedade, como também uma conexão, preocupação e engajamento humanos. O *solutions Journalism Network* entende que antes das pessoas poderem construir um mundo melhor, elas precisam saber que isso é possível e estar cientes das ferramentas e ideias que estão disponíveis para fazê-lo. O jornalismo de soluções é, neste sentido, necessário para cidadãos, oficiais públicos, investidores e financiadores para tomar boas decisões sobre como utilizar seus talentos e recursos. O resultado dessa abordagem é um aumento do respeito e da participação política e um incentivo para as pessoas trabalharem juntas em direção a aspirações comuns. Além disso, permite que a esfera pública funcione como deve. A organização explica que este é um ótimo momento para experimentar essa nova abordagem já que o jornalismo está em crise e todos estão procurando por novos modelos, as audiências estão demandando notícias que as ajudem a imaginar e construir um mundo melhor e os jornalistas estão berrando por meios dignos de servir ao interesse público.

O *Solutions Journalism Network* quer encontrar respostas sobre como impulsionar uma completa mudança cultural no jornalismo que multiplicará sua capacidade de circular conhecimento sobre modelos promissores para os desafios mais difíceis da sociedade e como realizar essa mudança nas práticas de forma sustentável com progressivamente menos investimento de esforços e fundos. Para tanto, desenvolve ações para atingir três tipos de impacto diferentes:

- a) mudar a prática jornalística: a fim de que repórteres e editores abracem o jornalismo de soluções e o transformem em uma prática sustentável dentro das redações;

- b) mudar o relacionamento entre as organizações de notícias e as audiências: por meio de notícias com componentes de soluções que engajam os cidadãos de maneira que são demonstrativamente mais poderosas e mutualmente benéficas do que as histórias que só pensam nos problemas;
- c) mudar a relação entre a audiência e os problemas: jornalismo de soluções gera conversas públicas mais instruídas que podem melhorar a cidadania, levando para um maior engajamento social e solução do problema.

Como meio de acelerar essas mudanças, a organização foca sua atenção em três atividades base:

1. Educação: introduzir o conceito e a prática para jornalistas, editores e *publishers*, escolas de comunicação e jornalismo e organizações midiáticas através de ferramentas online e materiais de treinamento e currículo;
2. Mudança na prática: implementar o jornalismo de soluções em uma variedade de organizações noticiosas, demonstrando suas vantagens.
3. Disseminar massivamente: construir um currículo de desenvolvimento e atividades nas redações para engajar jornalistas e influenciadores-chave para formar uma comunidade expansiva e colaborativa de jornalistas e organizações noticiosas através de uma rede de trabalho *online* e de eventos ao vivo.

A organização oferece treinamentos, acesso a pesquisas e catalisa apoios financeiros para que o jornalismo de soluções possa ser exercido no dia a dia das redações, sendo responsável por introduzir a metodologia para identificar notícias de soluções em diversas redações. Em seu site³¹, também disponibiliza um pequeno curso com os fundamentos do jornalismo de soluções e como fazer esse tipo de cobertura. Desde 2013, mais de 3 mil jornalistas participaram do treinamento ao vivo e outros 5,5 mil do treinamento ofertado no site da organização. O *Solutions Journalism Network* trabalha em colaboração com 81 empresas jornalísticas e teve o currículo que elaborou adotado em 10 faculdades de jornalismo. A organização utiliza essas experiências práticas para continuar a refinar a metodologia de treinamento e o currículo.

³¹ Idem 29

O desafio principal está sendo realizar uma mudança sistemática na prática diária das redações e encontrar uma maneira de tornar o custo dessas coberturas viável. O modelo do jornalismo de soluções é relativamente fácil de compreender. Entretanto, por causa de uma demanda competitiva e da pressão do tempo nas redações, exige uma combinação de motivação, educação e incentivos práticos para desencadear uma mudança de comportamento entre os jornalistas individualmente, como também através das redações. Por isso, as parcerias com os veículos de notícias são utilizadas para testar as possibilidades desse tipo de categoria e promover um aprimoramento contínuo.

Com o intuito de tornar mais nítido e compreensível esse tipo de cobertura, abaixo forneceremos dois exemplos de sua implementação: o caso do projeto *Education Lab* do *The Seattle Times* e do projeto *The Poverty Puzzle* do *Chattanooga Times Free Press*.

3.1.1 *The Seattle Times* e o projeto “*Education Lab*”

Em 2013, o *Solutions Journalism Network* lançou o *Education Lab*³² em parceria com o *The Seattle Times*³³, o primeiro teste do jornalismo de soluções em um grande jornal diário metropolitano. O projeto foi inicialmente concebido para durar um ano e tinha por objetivo identificar como implementar o jornalismo de soluções dentro das redações.

O foco das reportagens recaiu sobre abordagens promissoras para os desafios persistentes na área de educação pública, a fim de criar uma nova conversação que conectasse professores, pais, estudantes e outros inovadores em projetos escolares.³⁴ Pretendia-se mudar o discurso público na área metropolitana de *Seattle*, introduzindo uma conversação sobre soluções no debate público que fosse menos polarizada e mais produtiva. O projeto também tinha por meta captar pais, estudantes e educadores para dentro da conversação que não era necessariamente tradicionais leitores do *The Seattle Times*.

No segundo ano do projeto, em 2014, o jornal decidiu focar a sua atenção em um problema específico: a disciplina escolar. Um dos resultados desejados era trazer um

³² <https://www.seattletimes.com/education-lab/>

³³ Informações constantes no plano trienal do *Solutions Journalism Network*: https://s3.amazonaws.com/sjn-static/SJN_3_year_plan.pdf

³⁴ <https://www.seattletimes.com/education-lab-about/>

público interessado mais diverso e introduzir um enquadramento positivo sobre soluções para o desafio da disciplina escolar das escolas de Seattle. A série sobre disciplina escolar incluiu cinco conteúdos principais:

- a) Suspender as crianças não conserta o mau comportamento, as escolas procuram por respostas (Dezembro, 5, 2014);
- b) No caso da disciplina escolar, intervenção talvez funcione melhor do que punição (Janeiro, 24, 2015);
- c) ‘Você é mais do que o seus erros’: professores chegam às raízes do mau comportamento (Maio, 16, 2015);
- d) A raça direciona dramaticamente a disciplina, mesmo nas escolas elementares (Junho, 23, 2015);
- e) As escolas de *Seattle* talvez parem a maioria das suspensões para crianças jovens (Junho, 25, 2015).³⁵

No caso das notícias, Linda Shaw³⁶, editora responsável pelo *Education Lab*, explicou como aplicou o jornalismo de soluções nessa série de reportagens sobre educação. Primeiro, sensibilizou a comunidade para o problema de disciplina escolar existente em *Seattle*, para garantir que os leitores estariam conscientes da gravidade do problema antes de introduzir as reportagens sobre soluções. Ao mesmo tempo, a equipe do *Educacion Lab* promoveu o engajamento com a comunidade através de eventos locais, realizados pelos repórteres, a fim de conhecer e discutir as histórias dos leitores. Para esses eventos, Linda Shaw também convidou palestrantes de outras organizações, os participantes puderam se expressar e criou-se uma conversa entre os cidadãos, pautada para a resolução dos problemas³⁷. Os jornalistas também responderam a perguntas *online* sobre as matérias e publicaram ensaios de convidados e estudantes ao lado de suas próprias reportagens. Depois disso, foram feitas reportagens sobre como escolas locais estavam solucionando o mesmo problema.

³⁵ Original em inglês: *Suspending kids doesn't fix bad behavior; schools look for answers; In school discipline, intervention may work better than punishment; 'You are more than your mistakes': Teachers get at roots of bad behavior; Race dramatically skews discipline, even in elementary school; Seattle schools may halt most suspensions for young kids.*

³⁶ Essas informações constam em: <https://ijnnet.org/en/blog/students-perspective-solutions-journalism-can-help-foster-engagement-trust>

³⁷ Informações constantes no plano trienal do *Solutions Journalism Network*: https://s3.amazonaws.com/sjn-static/SJN_3_year_plan.pdf

Os repórteres do *Education Lab* focaram localmente para manter os leitores engajados e conscientes das soluções reais que acontecem em sua própria cidade. O conselho da escola local mudou rapidamente sua política sobre a disciplina escolar e menos de um ano depois, o estado de Washington também o fez, dando crédito à reportagem do *The Seattle Times* (THEOPHIL, 2017)³⁸.

Linda contou que os jornalistas continuaram acompanhando a implementação das soluções encontradas, para reportar possíveis dificuldades e desafios enfrentados nesse processo. A partir dessa abordagem, criou-se um laço de confiança entre os jornalistas e a comunidade, ao adotarem uma postura de transparência e ao contribuírem ativamente para o bem-estar social.

Os resultados do *Education Lab* superaram as expectativas³⁹. Quase 90% dos respondentes de uma pesquisa de audiência responderam “apreciar o foco nas soluções que parecia estar funcionando”. E dois terços indicaram ter mudado a sua maneira de pensar sobre o tópico educação com base nas reportagens. Sobre os eventos comunitários orientados para soluções, com o objetivo de melhorar o debate público, 78% dos participantes concordam que esses encontros os ajudaram a identificar ações para melhor o engajamento dos pais nas escolas.

Uma pesquisa realizada por Lindsay Green-Barber, em cooperação com o *Solutions Journalism Network*, buscou identificar como essa cobertura sobre a disciplina escolar mudou o discurso público por meio de uma metodologia de análise de conteúdo. Lindsay descobriu que:

- a) O *Education Lab* não introduziu o problema sobre a disciplina escolar na arena política ou no debate público no Estado de *Washington*, mas intensificou a conversação pública sobre abordagens alternativas para o problema, especialmente na mídia comunitária e étnica na área metropolitana de *Seattle*;
- b) *The Seattle Medium*, uma publicação afro-americana, já estava cobrindo consistentemente a disciplina escolar antes da série do *Education Lab*; a cobertura do jornal aumento depois da série;
- c) A associação educativa de *Seattle* aumentou a atenção sobre a disciplina escolar depois da série *Education Lab*;

³⁸ Essas informações constam em: <https://ijn.net.org/en/blog/students-perspective-solutions-journalism-can-help-foster-engagement-trust>

³⁹ Idem 33

- d) A assembleia legislativa do Estado já debatia sobre e encaminhava os problemas de disciplina escolar na legislação de 2015. Enquanto a legislação precede a série do *Education Lab*, os deputados reportaram que a cobertura do *The Seattle Times* gerou um apoio público para reformas e criou uma oportunidade política para uma lei sobre o tema ser aprovada.

Sobre esse último caso: a lei regulamentava a proibição de suspensões de longo prazo, o requerimento de um treinamento de competência cultural para educadores lidando com a disciplina dos estudantes e impunha novos requisitos para a coleta de dados sobre a disciplina escolar. O trabalho do comitê de educação começou em 2009, e antecede a cobertura do *Education Lab*. No entanto, a representante do Estado, Lilian Ortiz-Self, D-Mukilteo, contou a Cláudia Rowe, repórter do *The Seattle Times*, que aprovação da lei – depois de transcorridos cinco anos de lenta movimentação no comitê – foi resultado da cobertura do *Times* sobre o problema, pois após as reportagens houve um clamor por parte dos pais como nunca visto antes. Deste modo, enquanto a série do “*Education Lab*” não introduziu a reforma da disciplina escolar na agenda política, contribuiu para um ambiente em que o suporte público para uma reforma crescesse, criando a oportunidade para os políticos aprovarem a reforma.

A pesquisa concluiu que a cobertura persistente do “*Education Lab*” sobre o problema da disciplina escolar na área de *Seattle*, incluindo a introdução de soluções potenciais, levou a um novo tipo de conversação pública que incluiu detentores do poder (legisladores), pessoas chave interessadas (professores membros da união) e membros da comunidade, além da audiência tradicional do *The Seattle Times*.

O projeto “*Education Lab*” venceu o prêmio *Media Editors’ inaugural Journalism Excellence* da *Associated Press* na categoria de engajamento comunitário.

3.1.2 Chattanooga Times Free Press e o projeto “*The Poverty Puzzle*”

Chattanooga, no Tennessee, é uma cidade de porte médio em processo de crescimento, frequentemente referida nos Estados Unidos como um modelo de revitalização urbana. No entanto, essa mesma cidade também é uma das mais desiguais do país: um em cada quatro residentes vivem toda a sua vida na pobreza. Devido a essa dicotomia, em março de 2016, o jornal *Chattanooga Times Free Press* publicou uma

série de reportagens chamada “*The poverty Puzzle*”⁴⁰. Visualmente deslumbrante e baseada em dados, essa série analisou profundamente os tópicos fundamentais para o quebra-cabeça do alívio da pobreza - família, igreja, educação, trabalho e comunidade – e, de acordo com a editora do jornal, Alison Gerber⁴¹, identificou como todos esses setores desempenham um papel nesse problema e como pensam e lidam com a pobreza.

A ideia do quebra-cabeça, *puzzle*, em inglês, faz referência à maneira como a reportagem foi pensada e construída:

Todos culpam uma fração da sociedade pela pobreza - se você melhorasse as escolas, você soluciona essa situação, se você melhorar a estrutura familiar... Se você apenas encontrar um emprego para as pessoas... Então pensamos: ‘por que não abordamos as coisas da maneira como as pessoas já pensam sobre a pobreza, e depois quebramos essa imagem e contamos uma história’ (repórter, Joy Lukachick Smith)⁴².

Ken Chilton, ex-diretor da Universidade Estadual do *Tennessee*⁴³, disse que um aspecto interessante da série de reportagens foi utilizar os dados produzidos por acadêmicos em seus relatórios, de difícil compreensão para a população, e contextualizá-los por meio das pessoas e de suas histórias de vida.

Ao mesmo tempo, Lesley Scarce, CEO do United Way of Greater Chattanooga⁴⁴, organização cuja missão é unir pessoas e recursos para construir uma comunidade mais forte e saudável, contou que a série sensibilizou toda a equipe para as estratégias e soluções que a instituição vinha adotando na comunidade e que os artigos foram utilizados para realizar um diálogo entre todos os funcionários. Um estudo foi feito para descobrir quais ações estavam e quais não estavam funcionando a fim de empregar novos métodos.

O jornal também reuniu diretores de instituições de desenvolvimento social para aprimorar o debate e buscar soluções. Joan Garrett McClane, editora do projeto, informou que antes da série não havia qualquer movimento na cidade para resolver essa situação e que um foi criado depois das reportagens. Para Reginald Smith, do centro Bethlehem, uma instituição religiosa voltada para a promoção de educação e

⁴⁰ <http://projects.timesfreepress.com/2016/03/povertypuzzle/index.html>

⁴¹ <https://thewholestory.solutionsjournalism.org/case-study-chattanooga-times-free-press-and-the-poverty-puzzle-e84ce2a35817>

⁴² <https://www.youtube.com/watch?v=IAJbFROzaHo>

⁴³ Idem 42

⁴⁴ Idem 42

desenvolvimento de lideranças, o uso de dados nos artigos possibilitou que as pessoas percebessem o que de fato estava acontecendo sobre algo que já era discutido na cidade.

“*The Poverty Puzzle*” exigiu mais de um ano de trabalho⁴⁵ antes de ser publicado, já que, para ter conhecimentos sobre os problemas da pobreza, desigualdade salarial e mobilidade econômica, os repórteres Joan Garrett McClane e Joy Lukachick Smith tiveram que ler mais do que 250 artigos das principais instituições de pesquisa e organizações sem fins lucrativos e leram dezenas de livros escritos por cientistas sociais. Por questões de transparência, o jornal disponibilizou para seus leitores *online* a maioria das pesquisas utilizadas para construir a reportagem, que podem ser acessadas ao clicar sobre as palavras destacadas das reportagens. Além dos trabalhos acadêmicos, os repórteres também expandiram seus conhecimentos com base em centenas de entrevistas com indivíduos, líderes de organização sem fins lucrativos, analistas políticos, cientistas sociais, economistas, psicólogos, neurocientistas, cientistas políticos, pastores e ativistas de bairro.

Para medir o impacto desse projeto, Shannon McGregor e Natalie Stroud associados ao *Engaging News Project*, realizaram uma pesquisa em que concluíram que a série foi responsável por afetar o debate público, principalmente no Conselho da Cidade de *Chattanooga*, que passou a discutir o tema com maior intensidade logo após as reportagens.

Os repórteres Joan Garrett McClane e Joy Lukachick Smith, responsáveis pelo projeto, foram finalistas do prêmio Pulitzer⁴⁶ em 2017 devido à cobertura do “*The Poverty Puzzle*”.

3.3 O jornalismo de soluções: por que este é um caminho possível?

A defesa de que o jornalismo de soluções é um caminho possível para responder a determinadas causas da crise jornalística pode ser fundamentada com base em uma perspectiva teórica explanatória e num referencial científico, resultado de pesquisas empíricas conduzidas pelo *Solutions Journalism Network* em associação com variadas instituições.

⁴⁵ <http://projects.timesfreepress.com/2016/03/povertypuzzle/about.html>

⁴⁶ <http://www.pulitzer.org/finalists/joan-garrett-mcclane-and-joy-lukachick-smith>

Do ponto de vista teórico, há diversos fatores que nos permitem sustentar a viabilidade do jornalismo de soluções como uma alternativa para a crise. Em primeiro lugar, a adoção de uma ideologia comunitária como orientação da produção noticiosa estimula o fortalecimento de um sentido comunitário que, por suas características, exige uma ativa participação cívica em que a informação se torna substancialmente imprescindível. O ambiente criado pode incentivar, portanto, o consumo de informação, já que o indivíduo passa a deliberar e atuar na condução política e se percebe como ente capaz de modificar a realidade que lhe circunda. Em termos ideológicos, o jornalismo de soluções consegue promover uma reversão do quadro de apatia política, uma das explicações para a queda dos leitores e ensejar a constituição de um espaço público em que o consumo de informação é fundamental.

A crise do modelo jornalístico também foi provocada por uma fragmentação das notícias que pouco contribuía para orientar o indivíduo. A ausência de um fio condutor lógico para os acontecimentos fazia com que seu consumo perdesse sentido, haja vista que as pessoas não conseguiam encontrar uma utilidade para a informação, ficando frustradas com o pessimismo das notícias. Ao fazer reportagens voltadas para uma compreensão profunda sobre as causas dos problemas e suas soluções, visando à geração de conhecimento que habilitem os indivíduos a participar politicamente, o jornalismo de soluções espera atender as necessidades dos cidadãos. Deste modo, a utilidade da informação recebida é facilmente percebida.

Além disso, o jornalismo de soluções cumpre, com a abordagem que adota, as funções sociais que legitimam a atividade e que lhe conferem valor. Ao se aproximar das comunidades, passa a ser porta-voz de suas carências, atuando como um elo entre os cidadãos e o governo. A exposição das melhores soluções encontradas para os problemas confere uma referência para os cidadãos, que funciona como uma forma de vigilância sobre os poderes instituídos, pressionados a resolver situações que anteriormente poderiam ser vistas como aceitáveis. Ao cumprir com o seu dever social e produzir um conteúdo de qualidade, o jornalismo de soluções fortalece os vínculos com a comunidade em que atua, resgata uma significação social e fornece informação útil que agrega valor à atividade.

O *Solutions Journalism Network* realizou pesquisas empíricas a fim de descobrir o impacto das reportagens do jornalismo de soluções. Em um estudo feito em

colaboração com o *Positive Research* e com o jornal *The Detroit Free Press*, intitulado “*Solution-focused News Increases Optimism, Empowerment and Connectedness to Community*”, conclui-se que assistir a reportagens com foco em soluções aumenta em 20% habilidade dos leitores de solucionar problemas e que os faz sentir menos ansiosos e mais energizados. Além disso, detectou-se que essas coberturas aumentam o senso de auto-eficácia, energia e conexão com a comunidade e que quanto mais alta a taxa de percepção da efetividade da solução, mais elevada são as taxas de auto-eficácia, energia e conexão com a comunidade sentidas pelo indivíduo. Deste modo, quanto mais convencidos os indivíduos estão de que a solução é uma boa opção, maior é o efeito positivo na sua mentalidade. A conclusão do estudo foi que o jornalista apresenta um poder significativo de influenciar a comunidade através da seleção de notícias e na maneira como elas são apresentadas (GIELAN, FURL, JACKSON, 2017).

Um experimento conduzido por Curry, Stroud e McGregor em 2016, a fim de descobrir o comportamento do leitor, detectou que o tempo nas páginas da *web* era maior para reportagens de solução em relação a artigos tradicionais também corroborou um aumento da sensação dos indivíduos de que podem contribuir para a solução de problemas e um aumento do otimismo dos indivíduos expostos aos artigos focados em solução em comparação com os leitores dos artigos convencionais. Por outro lado, os leitores das matérias de solução deixaram a página com mais frequência do que os leitores dos demais artigos. O compartilhamento e a incidência de comentários foi similar para ambas abordagens (STROUD; MCGREGOR, CURRY, 2016).

Em estudo anterior, “*The Power of Solutions Journalism*” (2014), Curry em colaboração com Hammonds, já havia apontado diferenças entre os leitores de notícias convencionais e leitores de artigos de soluções. A pesquisa estava dividida em três tópicos. No primeiro, sobre o aumento do conhecimento da audiência e sobre o empoderamento, constaram que estes: perceberam acumular mais conhecimento sobre o assunto do artigo; indicaram se sentir melhor informados sobre o tema; responderam que o artigo aumentou seu interesse sobre o problema; acreditaram que poderam contribuir para a solução do problema e que há maneiras efetivas de resolver o problema; indicaram que se sentiram inspirados e/ou otimistas depois de ler o artigo. No segundo tópico, abordaram o fortalecimento da conexão entre as audiências e as organizações jornalísticas. Os leitores de artigos de soluções indicaram que: leriam mais artigos do autor; leriam mais artigos do jornal em que o artigo foi veiculado; leriam

mais artigos sobre o problema; falaram com amigos e familiares sobre o problema. Os autores também queriam descobrir o potencial de catalisar o engajamento em um problema. Os leitores de soluções indicaram um desejo de se envolver em um trabalho para solucionar o problema e de doar dinheiro para uma organização trabalhando para solucionar o problema. O estudo conclui que esses três posicionamentos refletem favoravelmente no relacionamento entre a audiência com as notícias e com as organizações jornalísticas. Além disso, que pessoas que pensam saber mais sobre um problema, compartilham as informações com um amigo ou se sentem mais empoderados para agir estão mais inclinadas a atribuir um valor maior às notícias e de sentir uma maior ligação com a respectiva fonte de informação.

Outro estudo, realizado por Andrea Wenzel, Daniela Gerson e Evelyn Moreno em 2016, denominado “*Engaging Communities Through Solutions Journalism*”⁴⁷ e financiado por *Tow Center for Digital Journalism* e por *John S. and James L. Knight Foundation*, se propôs a preencher uma lacuna no campo de pesquisas empíricas sobre o jornalismo de soluções: avaliar como as comunidades locais e estigmatizadas respondem a esse formato. O estudo foi conduzido a partir de seis grupos focais com 48 pessoas de origens afro-americana e latina de South Los Angeles e buscou compreender como as audiências processam e reagem às reportagens sobre suas comunidades com enquadramento negativo e como essas mesmas reportagens impactariam os leitores, se igualmente explorassem suas soluções. Duas versões da mesma notícia foram editadas para oferecer um exemplo de jornalismo tradicional e um de jornalismo de soluções.

O foco recaiu sobre as notícias locais nessa pesquisa porque, de acordo com a teoria das comunicações, comunidades fortes apresentam uma rede de narração forte – ou seja, residentes, mídia local e étnica e organizações comunitárias estão conectados uns com os outros e partilham um entendimento sobre o que está acontecendo na comunidade. Pesquisadores descobriram que a conexão de moradores com uma rede de narração compartilhada pode prever maiores índices de pertencimento, eficácia coletiva e participação cívica. Entretanto, nas comunidades como a de South Los Angeles essas redes de narração se tornam problemáticas quando a ligação entre as organizações e a mídia é fraca, essas redes de narração são etnicamente limitadas e o conteúdo das

⁴⁷ https://www.cjr.org/tow_center_reports/engaging_communities_through_solutions_journalism.php

notícias é impressionantemente negativo (WENZEL; MORENO; GERSON, 2016, p. 10).

De uma maneira geral, os participantes expressaram insatisfação com relação a como a cobertura do *South LA* é feita. Muitos apontaram uma desconexão entre os quadros da mídia e a suas próprias experiências. Entretanto, não significa dizer que os participantes não estavam interessados ou não viam valor em notícias negativas. A crítica estava na existência de uma diferença entre suas experiências: a não cobertura de um tiroteio vivenciado por um dos participantes; a ênfase no entretenimento e; ausência de investigações e cobertura continuadas ou a tentativa de manter a prestação de conta dos partidos políticos (WENZEL; MORENO; GERSON, 2016, p. 12). Outros mencionaram como a cobertura negativa estigmatiza os moradores para pessoas de fora da comunidade e diversos participantes lamentaram a ausência da representação de membros da comunidade nas notícias. Outros sugeriram que o fenômeno de uma perpétua representação negativa é piorado por repórteres que cobrem *South LA*, mas que não moram na região: são distantes da comunidade, não levam os problemas a sério e muitas vezes exacerbam tensões locais ao aparentemente favorecer um grupo a outro. Um participante jovem de origem afro-americana declarou que algumas personalidades noticiosas são desrespeitosas com pessoas (WENZEL; MORENO; GERSON, 2016, p. 13). Enquanto alguns participantes afirmaram que sua descrença os faz assistir menos às notícias para minimizar o estresse da cobertura negativa, outros disseram procurar outras fontes de notícia alternativas e muitos descreveram como a internet os permite acessar uma variedade de fontes, que são vistas como mais confiáveis do que as notícias da televisão local (WENZEL; MORENO; GERSON, 2016, p. 14).

Em contraste com a percepção geral sobre a cobertura midiática, os respondentes expressaram apreciar as notícias orientadas para as soluções introduzidas no grupo focal. Muitos participantes disseram que o artigo de soluções os fez pensar em como eles poderiam se envolver no problema e outros olharem para além do caso apresentado para outras possibilidades de ação comunitária (WENZEL; MORENO; GERSON, 2016, p. 14). A orientação para a solução de problemas do jornalismo de soluções ressoou como o que muitos participantes entendem ser o papel ideal das notícias e sugeriram que os propósitos das notícias deveria ser ir além da tradicional noção de objetividade jornalística. Alguns disseram que é responsabilidade das notícias facilitar mudanças positivas na comunidade e um engajamento cívico. Uma preocupação, no

entanto, foram notícias orientadas para as soluções terem o cuidado de não negligenciar uma exploração detalhada do problema ou sugerir que não é preciso continuar pressionando por ação (WENZEL; MORENO; GERSON, 2016, p. 15). Apesar de verem uma necessidade de aprimoramento, a maioria dos participantes afirmou que estariam inclinados a ler ou assistir às notícias orientadas para soluções se tivessem oportunidade. Eles também disseram que discutiriam notícias de jornalismo de soluções com seus amigos e familiares. Alguns até sugeriram que o jornalismo de soluções, e os esforços de solicitar a contribuição da comunidade nas soluções, poderiam ajudar a fortalecer as conexões em comunidades fragmentadas (WENZEL; MORENO; GERSON, 2016, p. 15).

A pesquisa concluiu que o jornalismo de soluções não engaja as audiências por si só. Entretanto, particularmente em comunidades com um longo histórico de coberturas extremamente negativas, notícias com uma perspectiva da comunidade que olhem criticamente para respostas para os problemas sociais, oferecem uma oportunidade para fortalecer a conexão entre moradores, mídia e organizações comunitárias. No final da sessão de discussões, os participantes perguntaram como eles poderiam aprender mais sobre os problemas abordados nas histórias. Muitos queriam se envolver (WENZEL; MORENO; GERSON, 2016, p. 18).

Esses estudos servem para alicerçar que os resultados teoricamente previstos encontram eco na realidade. Os objetivos pretendidos quando da elaboração do jornalismo de soluções estão sendo atingidos: um aumento do conhecimento dos membros da comunidade, uma sensação de empoderamento nos leitores e o interesse destes de participar ativamente na solução de problemas sociais e de acompanhar as notícias de jornalismo de soluções, bem como o aumento do nível dos debates na esfera pública. Esse tipo de cobertura, no entanto, apresenta limitações: demanda mais tempo de produção e um nível de envolvimento que não pode ser concedido a todos os assuntos. Como os próprios ativistas do projeto reconhecem, há casos em que as abordagens tradicionais respondem de forma mais satisfatória as necessidades do problema, quando, por exemplo, ainda não há uma grande consciência sobre o tema que está sendo tratado. Além disso, o encaminhamento de soluções depende de um consenso entre os cidadãos que, por vezes, não consegue se realizar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o jornalismo apresenta uma função social relevante, que se constitui em um mecanismo essencial do sistema democrático, isso exige uma responsabilidade pautada em um envolvimento com a comunidade, em que o posicionamento distante do jornalismo tradicional, representado por uma cobertura pretensamente objetiva, torna-se incompatível.

Ao se basear em uma ideologia liberal e orientar sua produção noticiosa a partir dessa perspectiva, o jornalismo promoveu essa democracia com baixa participação cívica. A crise das democracias atuais mostra como essa acepção de democracia baseada em um modelo liberal tem sido insuficiente para garantir a liberdade dos indivíduos. Se a força do povo sobre os governantes está no seu poder de integração, a sua desintegração promove, por consequência, o aumento do poder dos detentores de capital (econômico, político, social). Dentro desse contexto, o indivíduo torna-se um ente incapaz, sem força suficiente para atuar e modificar o seu entorno. Adquire, portanto, uma perspectiva pessimista, já que não vislumbra como os problemas serão solucionados: o poder público é corrupto, o poder do povo é inexistente quando desarticulado e, como indivíduo, seu impacto é limitado. Os meios de comunicação refletem e reforçam essa cultura individualista e de fragmentação comunitária. Não é antagônico que o valor dos grandes veículos esteja caindo, já que seu capital econômico deriva do seu capital simbólico. Não se trata de desqualificar simplesmente o trabalho jornalístico. Este é filho da ideologia que lhe ofertou legitimidade no sistema democrático: o liberalismo.

Concluir que esse modelo de democracia não está funcionando adequadamente nos conduz a inferir que o modelo jornalístico que dele decorre também não está e não estará. Assim, o jornalismo deve aproveitar o capital simbólico que ainda possui, dada a imprescindibilidade da função social que a atividade cumpre, para promover um novo conceito de democracia e de liberdade, baseado em uma perspectiva comunitária. Ao fazer esse movimento, torna transparente o que tem sido desde o seu surgimento: um mecanismo de transformação social. Nesse deslocamento, abandona a falsa e complexa simplicidade do vigilante que fornece informações e admite que, ao atuar sobre a

opinião pública – seja por omissão seja por presença –, tem historicamente contribuído para o rumo tomado pela sociedade.

O jornalismo de soluções também cumpre com a função social de vigilante que fornece informações às pessoas. O poder de influência da informação – fonte do capital simbólico – pode conduzir a outra postura em face da sociedade, que leva os indivíduos a atuar em suas comunidades, promovendo o bem-estar social. Incitar os cidadãos a participar da vida política, que não em pleitos eleitorais, conduz a outro conceito de democracia. A partir desse novo conceito, deixa de estar centrado no indivíduo e volta-se para a comunidade, e o interesse público e o interesse comunitário se equivalem. Jornalismo cívico e jornalismo de soluções dialogam, deste modo, por remontarem a um outro tipo de sociedade, em que a desagregação social é substituída pelo fortalecimento dos laços e do senso comunitário. Enquanto parte de uma comunidade, e não atomizados, os cidadãos resgatam seu poder através da mobilização social e da capacidade de determinar o processo político, tal qual previsto por Park, Dewey e Ross. Somente agregados, os indivíduos são capazes de fazer frente aos poderes instituídos. A possibilidade de vigilância se traduz em uma limitação para a atuação corrupta de políticos, autoridades ou empresas, quando os cidadãos apresentam essa capacidade de agregação. A retomada do jornalismo se faz, assim, através da admissão da sua capacidade de ferramenta de transformação social. Hoje, é preciso que ele ofereça qualidade, para que tenha esse poder.

O desenvolvimento de reflexões teóricas sobre o jornalismo permite que compreendamos as suas potencialidades para além do imediato impacto nas comunidades e no aumento do público jornalístico. Permite-nos saber para onde estamos sendo conduzidos, permite inferir os resultados mais profundos das notícias dentro das comunidades e o pleno aproveitamento do que enseja. Sem essa devida reflexão, poderemos novamente ser pegos de surpresa por um futuro que já estava implícito nas entrelinhas do passado. O jornalismo perpetuado no século 20, ao promover a desagregação social e descuidar de seu compromisso social, tornou-se caçador de si mesmo.

O jornalismo de soluções constitui um caminho possível por agregar a comunidade, entregar conteúdo de relevância, atuar enquanto ferramenta social em prol de uma sociedade mais harmônica e em defesa do bem-estar coletivo. O valor que

reconquista e apresenta advém daí. É preciso que isso esteja claro para que, no motor da história, o jornalismo não seja novamente tragado pela miopia do imediatismo do lucro presente, à custa de sua perdição futura. Para garantir, no entanto, que não haja dependência da sorte, uma proposta de pesquisa interessante para o campo é estruturar um sistema de gestão de qualidade voltado especificamente para essa cultura jornalística, que pressupõe práticas, processos e produtos diferentes dos dominantes até hoje. Um estudo mais aprofundado, quantitativo e qualitativo, das matérias apresentadas como jornalismo de soluções pelo *Solutions Journalism Network*, também são necessárias, bem como uma análise da apropriação desse conceito no Brasil.

5 REFERÊNCIAS

ABOUT Education Lab. Disponível em: <<https://www.seattletimes.com/education-lab-about/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

AZEVEDO, Rui Miguel. *Relatório Final*. 2010. 101 p. Relatório final (Relatório final mestrado de ciências da comunicação) - Universidade do Porto, Porto, 2010. Disponível em:

<<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55878/2/TESEMESRUIAZEVEDO000127302.pdf>>.

Acesso em: 28 nov. 2017.

BARROS, Luís Gustavo. *O jornalismo público praticado pelo cidade e soluções*. 2009. 115 p. O jornalismo público praticado pelo programa cidades e soluções (O jornalismo público assessoria em comunicação) - Instituto de Educação Superior de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/platb/files/336/theme/jornalismo.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

BORNSTEIN, David. *Definition Solutions Journalism*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?list=PLj-2amx1UbPHxFY07s5V2NpvIVVzwbyAd&time_continue=2&v=ymlmLLR9_As>.

Acesso em: 13 dez. 2017.

CAPITAL Plan, 2015-2017. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/sjn-static/SJN_3_year_plan.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

CONDE, Maria Rosa Berganza. *A contribuição de Robert E. Park, o jornalista que se converteu em sociólogo, à teoria da informação*. In MAROCCO, Beatriz, BERGER, Christa (Org.). *A era glacial do jornalismo: Teorias Sociais da Imprensa*. Porto Alegre: Sulina, 2006.p.15-33.

CURRY, Alexander; HAMMONDS, Keith. *The Power of Solutions Journalism*. Disponível em: <https://mediaengagement.org/wp-content/uploads/2014/06/ENP_SJN-report.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2017.

ERA progressiva. Disponível em: <<https://courses.lumenlearning.com/boundless-ushistory/chapter/the-progressive-era/>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

GIELAN, Michelle; FURL, Brent ; JACKSON, Jodie. *Solution-focused News increases optimism, empowerment and connectedness to community*. Disponível em: <<http://michellegielan.com/wp-content/uploads/2017/03/Solution-focused-News.pdf>>.

Acesso em: 30 nov. 2017.

KOVACH, Bill, ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. 2. Ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004. 302 p.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza*. 2 Ed. São Paulo: Editora Ática, 1989. 188 p.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000. 171 p.

MARROCO, Beatriz, BERGER, Christa (Org.). *A era glacial do jornalismo: Teorias Sociais da Imprensa*. Porto Alegre: Sulina, 2006. 310 p.

MARROCO, Beatriz, BERGER, Christa (Org.). *A era glacial do jornalismo: Teorias Social da Imprensa*. Porto Alegre: Sulina, 2008. 191 p.

MCQUAIL, Denis. *Teorias da comunicação de massa*. 6. Ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 583 p.

MEDINA, Clemilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.194 p.

NEVEU, Érik. *Sociologia do Jornalismo*. Porto: Porto Editora, 2005. 143 p.

PAIVA, Raquel. *Novas formas de comunitarismo no cenário da visibilidade total: a comunidade do afeto*. Matrizes, São Paulo. Ano 6. n. 1, p. 63-75, (jun./dez.2012)

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. 2. ed. São Paulo: Comtexto, 2007. 235 p.

POSITIVE News. [S.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <<https://www.positive.news>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

REGINATO, Gisele Dotto. *As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores*. 2016. 260 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ROSENBERG, TINA. *Solutions Journalism is*. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=5I9Z0dfdE8U&index=3&list=PLj-2amx1UbPHxFY07s5V2NpvIVVzwbyAd>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

SILLESEN, Lene. *Good news is good business, but not a cure-all for journalism*. Disponível em:

<http://archives.cjr.org/behind_the_news/good_news_is_good_business_but.php>. Acesso em: 08 dez. 2017.

TAVARES, Felipe. *O comunitarismo e seu ideal de justiça*. Legis Augustus, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 33-44, jan./jun.2014

TENORE, Mallery. *How constructive journalism can improve the way media makers tell stories*. Disponível em: <<http://ivoh.org/constructive-journalism/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

TRAQUINA, Nelson, MESQUITA, Mário (Org.) *Jornalismo Cívico*. LISBOA: Livros Horizonte. 2003. 143 p.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. 2. Ed. Florianópolis: Insular, 2005. 224 p.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. 2. Ed. Florianópolis: Insular. 2008. 216 p.

WENZEL, Andrea; GERSON, Daniela; MORENO, Evelyn. *Engaging Communities Through Solutions Journalism*. 2016.

WHO are: our mission. Disponível em: <<https://www.solutionsjournalism.org/who-we-are/mission>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

WOOD, Seán. *The positive future of journalism | Seán Dagan Wood | TEDxSussexUniversity*. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=zPy0xnymGR0>>. Acesso em: 19 out. 2017.